



WORLD UNIVERSITY ECUMENICAL

MESTRADO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

EDILZA DE ALMEIDA SANTOS AVELAR

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES DA SALA
REGULAR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS
PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA ESTADUAL JOSE
JOAQUIM EM CORONEL EZEQUIEL-RN.**

CORONEL EZEQUIEL-RN

2023

EDILZA DE ALMEIDA SANTOS AVELAR



**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES DA SALA
REGULAR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS
PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA ESTADUAL JOSE
JOAQUIM EM CORONEL EZEQUIEL-RN.**

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Ciências da Educação da World
University Ecumenical-WUE

Orientadora: Dr^a. Patricia Nonnenmacher

CORONEL EZEQUIEL-RN

2023

WORLD UNIVERSITY ECUMENICAL
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Educação

Avelar, Edilza de Almeida Santos.

As dificuldades encontradas pelos professores da sala regular no processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial na escola estadual Jose Joaquim em Coronel Ezequiel-Rn. Edilza de Almeida Santos Avelar-2023

10 f.107: il. ; 29 cm. A4

Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Ciências da Educação)
World University Ecumenical- WUE, Jardim de Piranhas/RN, 2022.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Patricia Nonnenmacher

1. Educação Especial. 2. Professor de sala regular. 3. Ensino e aprendizagem. I. Título. II. Orientador Nonnenmacher Patricia. III. Instituição.

PESQUISADOR (A): Edilza de Almeida Santos Avelar

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Educação

LINHA DE PESQUISA: Culturas Educacionais, Profissão Docente e Tecnologia -
Processos Formativos e Práticas Educativas

PÓS-GRADUAÇÃO EM: Ciências da Educação

NÍVEL: Mestrado

TÍTULO DA TESE: EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR: DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS DOS PROFESSORES NA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ JOAQUIM EM
CORONEL EZEQUIEL-RN.

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Patricia Nonnenmacher

A Dissertação de autoria da pesquisadora **Edilza de Almeida Santos Avelar** foi
APROVADA em reunião pública realizada na Representação World University
Ecumenical (WUE) dos USA, pela seguinte Banca Examinadora:

Aprovada em: 22/ 09 / 2023

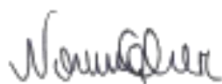
NOME/ ASSINATURA



Prof.^a Dr.^a Simone Neves Pereira
Presidente



Prof.Dr. Iure Coutre Gurgel
(Examinador externo)



Prof.^a Dr.^a Patricia Nonnenmacher

Orientadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Ilza Freire Almeida Santos, que sempre lutou e torceu para meu sucesso educacional desde criança.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

A minha família, pelo incentivo e compreenderem a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos meus professores, em especial a orientadora, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

"A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as

igualdades”.

(Paulo Freire).

RESUMO

A presente pesquisa tem como título “As dificuldades encontradas pelos professores da sala regular no processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial na escola Estadual José Joaquim em Coronel Ezequiel- RN”. O problema que se buscou investigar foi quais são as dificuldades de ensinoaprendizagem dos alunos da Educação Especial observadas pelos professores da Escola José Joaquim, de Coronel Ezequiel-RN? Assim, tivemos como objetivo geral compreender as dificuldades encontradas pelos professores da sala regular no processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo de Educação Especial, refletindo sobre estratégias e manejos que podem auxiliar esse processo em sala de aula. Do ponto de vista metodológico, nosso trabalho se caracteriza como uma pesquisa básica e de campo, planejada através de uma abordagem qualitativa que teve como instrumento de coleta de dados um formulário elaborado a partir de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, aplicado através do google forms, aos professores do ensino regular da Escola Estadual José Joaquim, que está localizada à Rua Getúlio Vargas, nº 206, na cidade de Coronel EzequielRN, a qual oferece ensino Fundamental, Médio e profissionalizante. Além disso, procuramos delinear e respaldar a nossa pesquisa sobre o que renomados autores como Mantoan (1998), BRASIL (1999), RICO (2019) entre outros apresentam, a fim de embasar o texto presente nesta dissertação. Mediante a pesquisa realizada foi possível constatar que os professores regulares precisam de mais formações continuada que favoreçam o aprofundamento das práticas pedagógicas junto aos alunos da Educação Especial e, neste sentido, recomendamos que os estudos continuem devido a relevância desta temática.

Palavras-chave: educação especial; professor de sala regular; ensino e aprendizagem.

ABSTRACT

The present research is entitled "The difficulties encountered by regular classroom teachers in the teaching and learning process of the target audience of Special Education students at the José Joaquim State School in Coronel Ezequiel-RN". The problem that we sought to investigate was what are the teaching-learning difficulties of Special Education students observed by the teachers of the José Joaquim School, in Coronel Ezequiel-RN? Thus, our general objective was to understand the difficulties encountered by regular classroom teachers in the teaching and learning process of Special Education students, reflecting on strategies and handling that can help this process in the classroom. From the methodological point of view, our work is characterized as a basic and field research, planned through a qualitative approach that had as data collection instrument a form elaborated from a structured questionnaire with open and closed questions, applied through the google forms, to regular school teachers at the José Joaquim State School, which is located at Rua Getúlio Vargas, nº 206, in the city of Coronel Ezequiel-RN, which offers elementary, high school and vocational education. In addition, we sought to outline and support our research on what renowned authors such as Mantoan (1998), BRASIL (1999), RICO (2019) among others present, to support the text present in this dissertation. Through the research carried out, it was possible to verify that regular teachers need more continuous training that favor the deepening of pedagogical practices with Special Education students and, in this sense, we recommend that the studies continue due to the relevance of this theme.

Keywords: special education; regular classroom teacher; teaching and learning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM BREVE RELATO.....	20
2.1. A educação especial na escola regular: um avanço da legislação	23
2.2. Da integração à inclusão: um longo caminho a percorrer.....	27
2.3. Movimento inclusivo: uma nova proposta em ascensão	35
2.4. O lugar do “especial” na educação	37
3. PAPEL DO PROFESSOR REGULAR DIANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS DIFICULDADES PARA INCLUSÃO	38
3.1. Situando a educação especial nesse contexto	43
3.2. Os desafios da educação inclusiva e a ousadia de tentar	45
3.3. A formação de professores para fazer face ao desafio da educação	48
inclusiva	48
3.4 O saber-fazer do professor e a educação inclusiva.....	55
3.5 Educação Inclusiva-teoria x prática.....	62
3.6 Dificuldades dos professores e possibilidades de superação.....	63
4. TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS-METODOLOGIAS DIFERENCIADAS	65
5. POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	67
5.1. O impacto da Base Nacional Comum Curricular dentro da educação ..	68
inclusiva e atendimento educacional especializado.....	68
6. MÉTODO DE PESQUISA.....	80
6.1. Quanto à Abordagem.....	82
6.2. Quanto à natureza.....	83
6.4. Quanto aos procedimentos	83

6.5. Local da Pesquisa.....	84
6.6. Participantes da pesquisa.....	86
6.7. Instrumentos da Pesquisa	87
6.8. Coleta de Dados	88
7. RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO DE DADOS	88
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
9 . RECOMENDAÇÕES	108
10 . REFERÊNCIAS	108
11. ANEXOS E APÊNDICES	112
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PROFESSORES	114

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular sempre foi um desafio para as escolas, visto que é uma temática em constante reformulação. Uma modalidade de ensino que continua passando por reformulações e avanços, seja na legislação e na implementação de leis. A inclusão não é apenas incluir o aluno no espaço escolar, mas também proporcionar a igualdade e a participação em desenvolver suas habilidades e potencialidades respeitando suas condições e limitações.

O presente estudo justifica-se em entender os parâmetros da educação especial, que assume diariamente tendo como perspectiva de atender à crescente demanda da sociedade e suas exigências de renovação na busca pelo ensino democrático. Se, hoje, os resultados das pesquisas evidenciam que atender as necessidades dos alunos especiais faz com que adaptação no ambiente escolar seja mais prazerosa, rico em experiências, trocar de conhecimentos sem barreiras, assim a educação ganha novos sentidos em relação a aprendizagem e relacionamento humano. A inclusão, deverá ocorrer com planejamento de ações através de um trabalho interdisciplinar e coletivo com envolvimento de todos os membros da escola. Esses membros devem esclarecer a sociedade sobre a importância da educação especial como forma de inclusão.

A inclusão significa atender as particularidades e especificidades de cada aluno, o trabalho precisa ser coletivo juntamente com os demais alunos ditos como “normais”, pois todos são capazes de aprender mesmo que seja de formas diferentes. A educação especial é muito vantajosa para todos, já que proporciona a renovação e enriquece o sistema educacional de todas as pessoas que são envolvidas, pois trabalhar com a diversidade contribuir não só para sucesso da instituição, como também para toda uma comunidade, sociedade de forma coletiva.

Nosso problema de pesquisa é: Quais são as principais dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial observadas pelos professores da Escola José Joaquim, de

Coronel Ezequiel/RN? Para nortear a problemática é necessário entender quais as principais dificuldades enfrentadas pelos professores regulares diante do processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial para que aconteça a inclusão como uma prática educativa. O objeto de estudo é processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial que fazem parte da Escola Estadual José Joaquim situada na cidade de Coronel Ezequiel.

O Objetivo geral é compreender as dificuldades encontradas pelos professores da sala regular no processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial na escola Estadual Jose Joaquim situada em Coronel Ezequiel-RN, refletindo sobre estratégias e manejos que podem minimizar esse processo em sala de aula favorecendo a aprendizagem significativa. Objetivos específicos são constatar as dificuldades que os professores regulares possuem em relação ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial;

Identificar quais as tecnologias Digitais de informação e comunicação auxiliam no processo de ensino e aprendizagem pode ajudar os professores regulares a melhorar suas metodologias e estratégias para atender os alunos público-alvo da Educação Especial; analisar se a prática pedagógica dos professores regulares atende a Educação Especial inclusiva; refletir sobre a importância do professor regular em ter conhecimento sobre as habilidades e as deficiências dos alunos do público-alvo da Educação Especial.

O intuito deste estudo foi obter informações relevantes sobre a visão do professor regular diante das dificuldades e desafios do processo ensino e aprendizagem dos alunos de Educação Especial como forma de inclusão. As hipóteses que favorecem a problemática a falta de capacitação profissional continuada dificulta o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial; a falta de conhecimento em relação às habilidades e singularidades dos alunos público-alvo da Educação Especial prejudica a prática pedagógica dos professores regular frente ao processo de ensino e aprendizagem.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, campo de abordagem qualitativa, que tem como intuito de refletir e discutir sobre a temática, direcionar o processo de ensino e aprendizagem como forma de inclusão com a finalidade de garantir o acesso à permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais, seja

matriculado no ensino regular e que a instituição de ensino tenha condições de ofertar uma modalidade inclusiva e integradora com profissionais altamente qualificados. Para a obtenção dos dados desta pesquisa foi utilizado um questionário estruturado elaborado a partir de perguntas abertas e fechadas aplicado por meio do aplicativo do google forms aos professores regulares da escola Estadual José Joaquim.

A escola como instituição que tem como papel a formação de sujeitos construtores e protagonistas de suas aprendizagens, deve ofertar uma educação para todos contribuindo de forma significativa atendendo as diversidades e valorizando a cor, raça, cultura e a vivência e realidade social de cada aluno. Contudo, a escola ainda não conseguiu quebrar paradigmas, buscando novas integração para o ensino regular e a educação especial promovendo uma aquisição do conhecimento voltado aos sujeitos e suas interações, que permite aos educandos a construção e a representação simbólica do mundo e o que existe ao seu redor.

A proposta de inclusão trouxe discussões que implicam uma nova visão na forma de ensinar e relacionar a realidade frente às dificuldades existentes. É um direito que deve ser cumprido e assegurados com a criação de estrutura que auxilie a melhoria da qualidade de vida dos educandos. Garantido, assim, o ingresso dos alunos com necessidades especiais em todas as etapas e séries escolares, a diversidade ajuda a enriquecer a cultura escolar.

Neste sentido, é preciso historicamente superar as representações de que a deficiência precisa deixar de ser vista como um empecilho, inspirando a atos de caridade, improdutivos, levando a proteção e filantrópica. Essa postura, vem mudando nos últimos anos as escolas estão aceitando os diferentes públicos escolar, apresentando estratégias de ensino inovadoras que exigem dos professores novos olhares e posturas, recursos e metodologias de ensino mais eficazes e apropriadas para os alunos. A formação acadêmica dos professores está direcionada aos conteúdos programáticos, quando se faz necessário trabalhar com alunos público-alvo da Educação Especial (APAEE).

Dessa forma, muitas dificuldades são encontradas ao lidar com o público que necessita de uma atenção maior que por algum motivo aquele indivíduo possua uma deficiência, seja ela de nascença ou uma limitação desenvolvida, muitos profissionais

na maioria das vezes não se sentir preparados nem capacitados para atender e desenvolver práticas de aprendizagem adequadas, por isso que cabe a escola e aos professores buscar ferramentas e se capacitar de forma adequada para atender esses educandos podendo ser através de cursos, seminários, especialização direcionada a área específica.

A educação especial deve deixar de ser encarada como um desafio é sim como uma oportunidade de enriquecer a aprendizagem na escola regular, os alunos especiais são capazes de atingir novos patamares de desenvolvimento através da inclusão no ensino regular sendo propiciados e garantidos meios e recursos para que isso venha ocorrer de maneira eficaz.

Cabe ressaltar que essa proposta, em relação a educação especial e inclusiva vem sendo um sucesso nas instituições escolares, privilegiando a formação dos professores na construção de novos saberes e competências, o maior desafio é a mudança que são enfrentadas para atender a esse público. Nesta pesquisa, tem como intuito caracterizar as dificuldades e desafios do professor regular no processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial e como os possuem práticas escolares inovadoras que são bem-sucedidas a inclusão de alunos com deficiência ou necessidades educacionais da escola Estadual Jose Joaquim da cidade de Coronel Ezequiel-RN.

No decorrer deste estudo, será descrito as dificuldades e desafios da educação especial, como é importante a inclusão e que a escola consiga atender a todos de forma igualitária e justa. A escola vem para somar e transformar vidas, é através dela que se constrói um país desenvolvido e em constante crescimento, pessoas transforma a sociedade é a base de tudo é uma educação de qualidade e igualitária sem distinção ou preconceito. O Brasil é cheio de diversidades culturais que enriquecem as belezas naturais, contribuindo para o conhecimento transformador e libertador.

No primeiro capítulo desta dissertação é apresentada uma breve descrição sobre o trabalho exposto, os objetivos da pesquisa, fazendo assim uma explanação do que será trabalhado ao longo da dissertação que são as dificuldades do professor diante o ensino envolvendo os alunos que faz parte da educação Especial, que é um desafio que pode ser superado com estratégias eficiente.

No segundo capítulo será feito um breve relato do contexto histórico da educação Especial e inclusiva, mencionado os avanços na legislação, a integração no processo de inclusão, o movimento inclusivo e lugar do especial na educação escolar, são esses substitutos que vão nortear o direcionamento do capítulo dando melhores esclarecimentos sobre a pesquisa.

No terceiro capítulo aborda o papel do professor regular diante da Educação Especial e as dificuldades para inclusão, também será abordado os desafios da educação inclusiva e a ousadia de tentar, a formação para professores fase o desafio da educação inclusiva e o saber fazer do professor no processo de inclusão. A metodologia do trabalho é apresentada de forma curta e clara, posteriormente, a análises e resultados dos gráficos e depois tem as considerações finais e por último as recomendações.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM BREVE RELATO.

Foram realizados diversos avanços no atendimento a pessoas com necessidades especiais, percorrendo várias etapas de desenvolvimento até os dias atuais. As tecnologias modernas desempenharam um papel fundamental em aprimorar os serviços de suporte e auxiliar as escolas a atender de maneira eficaz aos alunos público-alvo da Educação Especial.

Desde o início da humanidade até o presente, pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais sempre foram consideradas "diferentes" e têm diferentes estigmas ou rótulos. Tais representações socialmente construídas se estabelecem e mudam conforme a sociedade se desenvolve, que sofrem mudanças principalmente devido ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia (MARTINS, 1996, p. 27).

Ao longo da história da humanidade, foram identificados em diferentes épocas e por diversos povos uma ampla variedade de métodos e atividades para lidar com essa situação, que vão desde medidas extremas como destruição ou expulsão, passando por formas de assistência piedosa e, mais recentemente, envolvendo abordagens sociais, educacionais e de reabilitação para atender a essa população.

Na idade Média buscava-se explicar que a deficiência humana tinha relação à crença e como algo sobrenatural. Vale ressaltar, que o entendimento sobre o atendimento aos indivíduos com deficiência era ausente muitos eram julgados como improdutivos e inúteis, nesse mesmo período muitas pessoas com deficiência eram apedrejadas e mortas nas fogueiras, principalmente perseguidas pelas suas práticas contrárias à Igreja Católica, que predominou na Europa durante grande parte da Idade Média. Entretanto, com o avanço do cristianismo as pessoas com deficiência começaram a ser vistas de forma diferente, como filhos de Deus e passaram a não ser mais exterminados.

Neste contexto, as pessoas com alguma deficiência não eram mais abandonadas, mas acolhidas por instituições de caridade, ou seja, começaram a ser tiradas do isolamento total para serem alojadas em asilos e em instituições especializadas. Passaram a ser assistidas, mas continuavam segregadas em termos físicos, sociais e educacionais; passaram a ter direito à vida, numa atitude de proteção.

Ao mesmo tempo em que vigorava esse ideal cristão, contraditoriamente, deficientes também eram considerados produtos da união entre a mulher e o demônio, o que justificava a queima de ambos, mãe e criança (SCHWARTZMAN, 1999). Durante a idade média segundo os registros não existia nenhuma obrigação da sociedade para com a pessoa com deficiência seja a assistência social ou moral, elas eram tratadas com indiferença mesmo a criança normalmente quando morria era encarada a morte com naturalidade.

Com o passar dos séculos e as mudanças históricas e políticas, a educação especial no Brasil foi evoluindo. Em 1854, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, que se tornou referência para outros estados. Em 1857, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, também no Rio de Janeiro. No entanto, a educação especial no Brasil ainda estava limitada a instituições segregadas e sem acesso à educação inclusiva. Somente na década de 1990, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, é que a educação inclusiva passou a ser reconhecida como um direito de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais.

Atualmente, o Brasil possui uma política nacional de educação inclusiva, que busca garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos na escola comum, por meio da oferta de recursos e serviços de apoio, da formação de professores e da articulação entre as diversas áreas da educação e da saúde. No entanto, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para que a educação inclusiva seja efetivamente implementada em todo o país e para que todos os alunos possam ter acesso a uma educação de qualidade e com equidade.

No campo da educação especial, foram criadas estruturas adequadas para a implementação de diversos tipos de serviços essenciais para o aprimoramento da área. O surgimento desses serviços pode ser observado desde o século XVII na Europa, mais precisamente na França, onde foram realizados os primeiros trabalhos em 1620. Na Alemanha, no final do século XVII, foi desenvolvido um método revolucionário para facilitar a aprendizagem de surdos-mudos, que buscava ensiná-los a ler e escrever. Na cidade de Paris, em 1770, foram criados o primeiro Instituto Especializado para a Educação de Surdos-Mudos e o primeiro Instituto Nacional dos Jovens Cegos.

Em 1819, na França, Charles Barbier criou um sistema de escrita codificada baseada em pontos salientes para a transmissão noturna de mensagens nos campos de batalha. Esse sistema foi adaptado pelo jovem cego Louis Braille em 1829, transformando-o no sistema conhecido pelo seu nome. Edmund Seguin desenvolveu o método fisiológico de tratamento e treino sensório-motor na França, posteriormente levando-o para os Estados Unidos. Esses métodos se tornaram clássicos de intervenção em muitas escolas e instituições de deficientes mentais, sendo continuados pela escola sensorial de Montessori no século XX.

No Brasil, o desenvolvimento da educação especial segue trajetórias semelhantes às de outros países e civilizações. Contudo, há diferenças específicas em virtude da nossa realidade socioeconômica e cultural. Algumas das concepções, atitudes e influências que marcaram a educação especial em outros países também influenciaram e ainda determinam sua evolução aqui no Brasil. De acordo com Carmo (1991, p. 27):

No início da colonização, não havia preocupação ou tratamento para as deficiências entre os índios. Era raro encontrar indivíduos deficientes entre

eles, e as poucas anomalias eram mais de causa física do que congênita ou como consequência de doenças incapacitantes. Em casos congênitos, as crianças eram sacrificadas pelos pais após o nascimento. As doenças mais comuns relacionadas à deficiência eram a cegueira noturna, o raquitismo, a beribéri e outras. Além disso, muitos escravos inválidos foram vítimas de maus tratos, castigos físicos ou acidentes de trabalho nos engenhos ou nas lavouras de café durante o período da escravidão.

O autor aborda a maneira como as deficiências eram percebidas e tratadas durante o período colonial. Segundo Carmo (1991), no início da colonização, os índios não tinham preocupação ou cuidados específicos para lidar com deficiências. Era raro encontrar pessoas com deficiência entre eles, e as poucas anomalias que existiam eram mais frequentemente causadas por fatores físicos do que por condições congênitas (presentes desde o nascimento) ou como resultado de doenças incapacitantes. No caso de deficiências congênitas, crianças com essas condições eram sacrificadas por seus pais após o nascimento.

Além disso, durante esse período, várias doenças estavam relacionadas à deficiência, como cegueira noturna, raquitismo, beribéri e outras. Escravos que eram inválidos também enfrentavam maus tratos, castigos físicos ou acidentes de trabalho em plantações de cana-de-açúcar ou fazendas de café durante o período de escravidão. A citação destaca como as deficiências eram percebidas, tratadas e as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência e escravos durante a época colonial.

2.1. A educação especial na escola regular: um avanço da legislação

No Brasil, foram formuladas e aprovadas inúmeras leis e decretos relacionados à educação especial ao longo do tempo, o que resultou em uma maior atenção e investimento nessa modalidade educacional. No entanto, as primeiras leis sobre o assunto, como as Leis nº 4.024/61 e nº 5692/71, não davam muita importância à educação especial e apenas um ou dois artigos a conceituavam como tratamento especial. Essa falta de atenção resultou em brechas que permitiam poucos direcionamentos e esvaziamentos na área.

A Lei de 1961 propunha o atendimento "integrado" na rede regular de ensino, mas delega às instituições particulares a responsabilidade pelo atendimento com apoio financeiro do Estado. Dessa forma, a distribuição dos serviços já existentes, como os oferecidos pela Sociedade Pestalozzi e pelas APAES, que se responsabilizavam pelo atendimento às pessoas com deficiência mais comprometida, foi normatizada. A educação especial não era assumida diretamente pelo Estado e, portanto, não era oferecida principalmente nas escolas públicas, mas em instituições especializadas de caráter assistencial, o que reforçava a existência de atendimentos segregados.

As leis brasileiras nº 4.024/61 e nº 5.692/71 foram importantes marcos na legislação educacional do Brasil, influenciando o sistema de ensino do país em diferentes momentos. Lei nº 4.024/61: também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, estabeleceu as bases para a organização do sistema educacional brasileiro.

Ela abordou diversos aspectos do sistema educativo, incluindo a estruturação da educação em diferentes níveis (fundamental, médio e superior), a regulamentação dos currículos, a formação de professores, a administração escolar e a participação da União, dos estados e dos municípios na organização e financiamento da educação. A LDB de 1961 representou uma tentativa de reformulação do sistema educacional do país, buscando ampliar a oferta de educação básica e fortalecer o ensino técnico-profissionalizante.

Lei nº 5.692/71: também conhecida como Reforma do Ensino de 1ª e 2ª Graus, foi promulgada em 1971 com o objetivo de reformar o sistema de ensino fundamental e médio do Brasil. A lei introduziu mudanças significativas nos currículos e na estrutura do ensino, com ênfase na formação técnico-profissionalizante. Uma das principais mudanças foi a introdução da "profissionalização" no ensino de 2º grau (atualmente o ensino médio), que passou a ter duas modalidades: uma com foco na formação geral e outra na formação profissional. Essa lei também incentivou a criação de cursos técnicos e profissionalizantes nas escolas.

Ambas as leis representaram esforços para reformar e modernizar o sistema educacional brasileiro, buscando adaptá-lo às demandas da época. No entanto, ao

longo dos anos, elas foram objeto de críticas e discussões, levando a outras reformas e revisões na legislação educacional do país. A Lei nº 4.024/61 foi substituída pela Lei nº 9.394/96, que é a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enquanto a Lei nº 5.692/71 também foi revista e alterada ao longo dos anos.

Até então, eram organizadas campanhas como a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais (NERDV), em 1958, e a Campanha Nacional do Deficiente Mental (CADEME), em 1960. Essas campanhas estavam diretamente subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e tinham como função a promoção, em todo o país, de treinamento, reabilitação e assistência educacional às pessoas com deficiência, além de incentivar a organização de cursos e entidades na área e oferecer cooperação técnica e financeira para entidades públicas e privadas.

Em 1961, quando a Lei nº 4.024/61 explicitou o compromisso com a Educação Especial, já havia no Brasil uma organização considerável no atendimento, tanto em instituições particulares de caráter assistencial quanto em algumas classes especiais públicas. No entanto, um aumento significativo das classes especiais, principalmente para deficientes mentais, ocorreu somente a partir da década de 70, o que sinaliza a característica segregativa da educação especial na época, com foco no atendimento ao deficiente mental sob forma de reabilitação.

Já na Lei nº 5692/71, há um cuidado na caracterização da clientela da educação especial, que é estabelecida como "alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados". Nesse momento, a educação especial é identificada com os problemas de aprendizagem, evidenciados com a expansão da rede pública nos anos 60. Esse atendimento foi respaldado pelo discurso das potencialidades inatas e pela implementação e utilização de técnicas especializadas.

Segundo Januzzi (1996), havia uma convivência ambígua entre os setores público e privado nesse período, caracterizando uma parcial simbiose que permitia ao setor privado exercer influência na determinação das políticas públicas. Os anos 90 do século passado foram marcados por profundas mudanças nas questões pertinentes à educação especial no Brasil e no mundo. A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien, Tailândia, reconheceu o direito

de toda pessoa à educação e estabeleceu um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, incluindo a preocupação com a integração à escola de crianças e jovens com deficiência e, quando necessário, o apoio à iniciativa de atendimento especializado.

Em 1994, no Brasil, foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial, cujo objetivo é fundamentar e orientar o processo de educação das pessoas com deficiências, condutas típicas e altas habilidades. Nesse mesmo ano, a Declaração de Salamanca foi elaborada na Espanha, inspirada no princípio de integração e na necessidade de ações para que a "escola para todos" torne-se de fato a instituição que inclua a todos, dando orientações para o reconhecimento das diferenças, para a promoção da aprendizagem e para o atendimento das necessidades de cada estudante.

A iniciativa anterior, o Projeto Principal de Educação, foi elaborada a pedido dos Ministros de Educação, do Planejamento e da Economia dos países da América Latina e Caribe, reunidos no México, em 1979, e aprovado na 21ª reunião da Conferência Geral da Unesco, em 1981. O Projeto Principal de Educação foi resultado do consenso quanto à necessidade de realizar esforços intensos e sustentáveis para atender as carências e as necessidades educacionais de inúmeros alunos privados do direito de acesso, ingresso e permanência com sucesso na escola básica.

Em resumo, a década de 90 foi marcada por uma maior atenção à educação especial, com a elaboração de políticas nacionais e internacionais que buscavam a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas necessidades educacionais especiais. A Declaração de Salamanca e a legislação brasileira reconhecem a necessidade de inclusão de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, em um ensino regular de qualidade. A inclusão é vista como uma perspectiva política que busca garantir a igualdade de oportunidades educacionais para todos os indivíduos, além de combater atitudes discriminatórias e construir uma sociedade inclusiva.

O Brasil, como signatário da Declaração de Salamanca em 1994, tem procurado adotar seus princípios e preceitos por meio de políticas públicas e legislação específica, como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de

1996. O objetivo é garantir que todos os alunos, incluindo os que apresentam necessidades educacionais especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade em escolas regulares.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é um desafio que ainda enfrenta barreiras e dificuldades teóricas e práticas. No entanto, a discussão nacional em prol da inclusão tem mobilizado diferentes segmentos da sociedade e tem possibilitado mudanças significativas na educação brasileira.

- Falta de formação adequada: Muitos professores não se sentem preparados para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais e temem não saber como adaptar o ensino para atender às suas necessidades. Dificuldades de adaptação curricular: A inclusão exige que o currículo seja adaptado para atender às necessidades de todos os alunos, o que pode ser um desafio para professores que estão acostumados a trabalhar com um currículo padronizado.

Sobrecarga de trabalho: Os professores podem sentir que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais exige muito tempo e esforço extra, o que pode gerar sobrecarga de trabalho. Dificuldades de comportamento: Alguns professores temem que alunos com necessidades educacionais especiais possam apresentar comportamentos difíceis de lidar em sala de aula, o que pode prejudicar o aprendizado dos demais alunos.

Falta de recursos adequados: A inclusão exige recursos e adaptações na infraestrutura da escola, mas muitas escolas podem não estar preparadas para isso. É importante ressaltar que esses medos e preocupações são compreensíveis, mas podem ser superados com ações concretas, como a oferta de formação continuada para os professores, a disponibilização de recursos e materiais adaptados, o trabalho em equipe e a valorização da diversidade na sala de aula. A inclusão escolar é um processo complexo, que exige comprometimento e colaboração de todos os envolvidos.

2.2. Da integração à inclusão: um longo caminho a percorrer

O processo de inclusão de alunos com deficiências ou necessidades educacionais especiais é um tema complexo, que tem sido objeto de diversas concepções ao longo do tempo. Segundo Steenland (1991), a integração é o processo de incorporar física e socialmente, dentro da sociedade, as pessoas que estão segregadas e isoladas dos outros. Já a Política Nacional de Educação Especial define a integração como um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais.

A noção subjacente à integração é o princípio da normalização, que busca tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas as condições e os modelos de vida análogos aos disponíveis, de um modo geral, ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade. A integração implica a adoção de um novo paradigma de entendimento das relações entre as pessoas, fazendo-se acompanhar de medidas que objetivam a eliminação de toda e qualquer forma de rotulação.

Existem diferentes movimentos e correntes na área da educação especial, que surgiram em períodos sucessivos e têm fundamentos distintos. Apesar de alguns autores e profissionais considerarem esses termos equivalentes, há controvérsias e preferências por um ou outro modelo.

De acordo com Martins (1996), há certa ambiguidade no uso dos termos integração e inclusão, e muitos educadores ainda não têm clareza sobre suas diferenças. O autor destaca que a integração espera que o aluno com deficiência se adapte à escola regular, enquanto a inclusão pressupõe que a escola já esteja pronta para receber qualquer tipo de aluno. Na integração, o aluno pode passar por diferentes tipos de ensino, enquanto na inclusão, ele deve ter acesso ao ensino regular desde o início da sua escolaridade. Portanto, a inclusão envolve uma mudança de atitudes, concepções e práticas para atender às necessidades dos alunos com deficiência no ensino regular.

Por sua vez, Mantoan (1998) considera que embora os dois termos tenham significados semelhantes, eles expressam diferentes situações de inserção e posicionamentos divergentes para alcançar suas metas. A integração busca adaptar o aluno à escola regular, enquanto a inclusão busca transformar a escola em um ambiente acolhedor e acessível a todos os alunos, independentemente de suas

diferenças e necessidades. A inclusão envolve uma mudança profunda na concepção de educação, que deve valorizar a diversidade e promover a equidade e a justiça social.

Portanto, é importante reconhecer que os conceitos de integração e inclusão expressam diferentes estratégias para promover a educação inclusiva. A inclusão é um processo mais amplo e transformador, que requer mudanças profundas na cultura, nas práticas e nas estruturas da escola, e que busca garantir o acesso, a participação e o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades.

A integração educacional refere-se a um modelo em que alunos com necessidades especiais são colocados em salas de aula regulares, mas frequentemente com adaptações mínimas ou sem adaptações no currículo e nas práticas pedagógicas. Nesse modelo, o foco está na inserção desses alunos em ambientes convencionais, mas pode haver uma falta de adaptações significativas para atender às suas necessidades específicas. A ênfase está na "integração" desses alunos em um sistema já existente, muitas vezes sem uma consideração profunda pelas diferenças individuais.

A noção de integração tem sido compreendida de diversas maneiras no contexto da educação especial, sendo utilizada para expressar fins diferentes, como pedagógicos, sociais, filosóficos e outros. O termo pode ser empregado para designar alunos agrupados em escolas especiais ou classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes, entre outros.

A educação especial se baseia no princípio de que todos os alunos têm o direito igualitário de acesso à educação, independentemente de suas diferenças.

Isso implica garantir oportunidades de aprendizado e participação plena a todas as crianças e jovens. Reconhecer e valorizar a diversidade de habilidades, características e necessidades dos alunos é essencial na educação especial. A inclusão visa criar ambientes educacionais que sejam acessíveis a todos e promovam a participação ativa e o respeito mútuo.

A educação especial se concentra em atender às necessidades individuais de cada aluno. Isso envolve a adaptação do currículo, das estratégias de ensino e dos

recursos de suporte para melhor se adequar às habilidades e necessidades de cada aluno. A abordagem pedagógica na educação especial visa promover uma aprendizagem significativa, que esteja conectada à vida do aluno e que o capacite a desenvolver habilidades para a vida e a participação na sociedade.

Ela valoriza a colaboração entre professores, pais, profissionais de saúde, terapeutas e outros membros da comunidade educacional. Essa colaboração é essencial para planejar e implementar estratégias eficazes de ensino e apoio. Garantir ambientes e recursos acessíveis é um princípio fundamental da educação especial. Isso envolve a adaptação física, tecnológica e pedagógica dos espaços e materiais educacionais para acomodar as diferentes necessidades dos alunos.

Ela busca capacitar os alunos a desenvolver habilidades de autogestão, autoadvocacia e independência. Isso os ajuda a se tornarem participantes ativos em sua própria educação e futuras vidas. A avaliação na educação especial deve ser justa e sensível às habilidades individuais dos alunos, levando em consideração as adaptações e os apoios necessários.

Muitos países têm legislação específica que garante os direitos das pessoas com deficiência à educação inclusiva. Essas leis estabelecem os direitos, deveres e responsabilidades das escolas, professores, famílias e do governo em relação à educação especial. A educação especial reconhece a importância do desenvolvimento não apenas acadêmico, mas também social, emocional e físico dos alunos, promovendo uma abordagem holística para o crescimento e o bem-estar.

Esses são alguns dos fundamentos que sustentam a educação especial e orientam as práticas para garantir que todos os alunos tenham oportunidades educacionais significativas e enriquecedoras. Por sua vez, a noção de inclusão não é incompatível com a integração, mas preconiza a inserção do educando de forma mais radical, completa e sistemática na vida social e educativa.

Autores como Sassaki (1997) e Lauand (2000) apresentam definições distintas para integração e inclusão. Sassaki aponta que, no modelo integrativo, a sociedade aceita receber portadores de deficiência desde que estes se adaptem aos serviços especiais separados, contornam os obstáculos existentes no meio físico e lidem com as atitudes discriminatórias da sociedade. Já a inclusão total envolve incluir na escola

regular, em tempo integral e sem qualquer tipo de serviço que implique exclusão ou segregação socioeducacional, todos os alunos com deficiência, independentemente do grau.

Lauand, por sua vez, considera que a integração é um processo que tem como objetivo oferecer formação e reabilitação em ambientes regulares, o menos restritivo possível, com os suportes necessários. Para a autora, a inclusão total é a inserção na classe e na escola regular de todos os alunos com deficiência, independentemente do grau, por tempo integral e sem qualquer outro tipo de serviço que implique exclusão ou segregação socioeducacional. No entanto, ela admite que, para alunos com incapacidades mais graves, a instituição especial pode dar um atendimento mais adequado.

Já Tartuci (2001) concorda que a escola integradora não se transforma, pois ela não se incomoda de ter alunos com deficiências, desde que sejam capazes. Para ele, a inclusão não se trata de um novo nome, mas de um outro fenômeno, no qual a escola tem que ser transformada para receber alunos, mudar sua filosofia, seus princípios e sua prática.

Embora haja controvérsias e ambiguidades na definição dos conceitos de integração e inclusão, percebe-se que o objetivo da integração é inserir um aluno ou um grupo de alunos que foi anteriormente excluído, enquanto o mote da inclusão é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

Atualmente, a própria denominação do movimento varia de país para país, com alguns ainda utilizando o termo "integração" e outros preferindo "inclusão". Assim, o movimento pela educação inclusiva é uma reação às críticas e às práticas encontradas no passado da própria história da Educação Especial. É importante ressaltar que a mudança em direção à inclusão deve ocorrer em pequenos avanços, pois a aceleração do processo pode fazer com que os indivíduos rejeitem as novas práticas e sabotem os esforços da reforma.

Realmente, a implementação de políticas inclusivas no sistema educacional é um processo complexo e desafiador, que envolve diversos aspectos, desde a

conscientização sobre a importância da inclusão até a adequação da estrutura física e pedagógica das escolas para atender às necessidades de todos os alunos.

Além disso, é fundamental que as políticas educacionais estejam integradas com outras políticas públicas, de modo a garantir que as condições socioeconômicas, de saúde e bem-estar das famílias dos alunos também sejam consideradas e atendidas. A inclusão educacional é um processo que deve ser acompanhado de perto e avaliado constantemente, de forma a identificar os desafios e obstáculos que ainda precisam ser superados.

No entanto, mesmo com todos esses desafios, é animador ver que algumas experiências de inclusão têm alcançado resultados positivos. Isso mostra que é possível construir um sistema educacional mais inclusivo e que a inclusão pode trazer benefícios não só para os alunos com deficiência, mas para toda a comunidade escolar.

A inclusão dentro do espaço escolar é obrigatória, caso a escola não o cumpra, corre o risco de ser punida se houverem denúncias, se é direito, deve ser ofertado à escola não pode excluir e sim ter como objetivo a inclusão, escola de qualidade se faz com a aceitação o respeito em prol de um bem comum que é a aprendizagem dos indivíduos. A política de Educação Especial afirma que:

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. É sob o enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tornar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. Sob o enfoque psicossocial, a interação representa, portanto, uma via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas normais (1994, p.18).

Nessa perspectiva a Educação Especial, a integração é uma ferramenta adequada que favorece o crescimento entre os grupos e a relação interpessoal tendo espaço para interação entre diferentes alunos. As pessoas que são consideradas normais, precisam entender que qualquer pessoa com deficiência tem grande capacidade de aprender e desenvolver diversas funções mesmo com suas limitações

físicas o ser humano vive se superando e mostrando que é capaz de conquistar o impossível.

A inclusão necessita ser feita com a inserção dos alunos por meio de outras metodologias respeitando as formas pessoais, linguísticas e também sociais, mesmo com o avanço podemos perceber que o sistema educacional a realidade é muito diferente não se encontram preparadas para atender a essa clientela com os recursos e ferramentas que são de fundamental importância para o desenvolvimento desse público.

A realidade do Brasil infelizmente ainda é precária, a educação não é prioridade do governo, em muitos lugares as unidades escolares não oferecem nem o básico como um transporte, merenda, ambiente e a falta de professores são constantes principalmente em localidades de difícil acesso.

Os empecilhos são fortes aliados que contribui para evasão escolar muitos pais se sentem desamparados não tem o devido suporte para seus filhos. As pessoas com deficiência possuem conhecimento sistematizado, com muita superação são verdadeiros exemplos que mesmo com alguma limitação vão à luta enquanto existem pessoas que às vezes tem tudo e não busca nada.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for de fato de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (MANTOAN, 200, p.67).

A inclusão proporciona a possibilidade de aperfeiçoamento dentro da educação em prol do benefício das pessoas, envolvidas para poder enfrentar as inovações e as mudanças e das dificuldades advindas das necessidades de cada aluno. O sistema educacional é um eixo que serve de modelo para outras áreas, de um modo geral professores é um profissional relevante para a construção de uma sociedade igualitária.

Ensinar é marcar um encontro com outro e inclusão escolar provoca, basicamente, uma mudança de atitude diante do outro, esse que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e/ ou com o qual convivemos

um certo tempo de nossas vidas. Mas alguém que é essencial para nossa constituição como pessoa e como profissional e que nos mostra os nossos limites e nos faz ir além (FREIRE, 1999, p.69).

O ensinar vai além dos muros da escola, provoca à mudança em relação às atitudes o aprender faz parte da nossa existência e é através das inquietações das dúvidas em um simples diálogo o conhecimento é construído e até modificado gerando coisas novas a inclusão vem para entendemos o quanto a vida de uma pessoa é importante e que o mesmo é construtor de sua aprendizagem.

A integração mantém a segregação em escolas especiais de grupos de alunos considerados fora do padrão do aluno especial capaz de frequentar o ensino regular. Esse procedimento desloca a posição de segregação total, mas cai na cilada de manter, no interior da proposta de integração, parte dos sujeitos na condição de segregados, o que acaba por reafirmar uma formação ideológica de exclusão, na mesma direção da segregação total praticada anteriormente à formulação do princípio de integração.

Os defensores da integração argumentam que o aluno deve "conquistar" sua oportunidade, demonstrando a habilidade de poder acompanhar o trabalho da professora da classe regular. Porém, nem todos os alunos com deficiências cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicadas a individualização dos programas escolares e a redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades do aprender.

Apesar das limitações, a integração pode trazer benefícios tanto para os alunos com deficiências quanto para aqueles considerados normais, ao conviverem em condições de igualdade. No entanto, é necessário um preparo adequado da equipe pedagógica para absorver esses educandos que precisam de um suporte psicológico e pedagógico intenso, caso contrário, ao invés de integrá-los estará criando grupos de excluídos.

O processo de inclusão pode trazer benefícios significativos para a escola e para toda a população escolar. As crianças aprendem a respeitar e conviver com

peessoas "diferentes", desenvolvendo uma visão menos preconceituosa e deixando de lado barreiras psicológicas que só reforçam a segregação.

Para Fonseca (1987) e Picchi (1999), a integração deve ser um instrumento de facilitação para a mudança educacional, permitindo que a escola normal seja o local legítimo para satisfazer as necessidades educacionais das crianças que as apresentam e efetivamente precisam ser trabalhadas. No entanto, o autor reforça a importância da formação especializada para o professor, até que os professores comuns apresentem qualificações para um atendimento apropriado das necessidades educacionais dos variados tipos de alunos.

Desta forma, a inclusão é uma questão complexa e desafiadora, mas que pode trazer benefícios significativos para todos os envolvidos. É necessário investir em formação especializada para os professores, desenvolver procedimentos metodológicos e de avaliação adequados e garantir um ensino individualizado, de acordo com as capacidades e necessidades de cada aluno. A inclusão busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade e sejam incluídos em todas as atividades escolares.

Ao contrário do que se entende a partir do senso comum, que se baseia na individualização dos programas instrucionais, a inclusão busca adaptar toda a escola e seu ambiente para atender às necessidades de todos os alunos, promovendo uma educação mais igualitária e inclusiva. Isso inclui a formação de professores para trabalhar com a diversidade, adaptação de recursos e tecnologias assistivas, modificações na arquitetura e infraestrutura escolar, entre outras medidas.

Embora a inclusão ainda enfrente desafios e resistências por parte de alguns setores da sociedade, a tendência é que essa concepção se fortaleça cada vez mais, uma vez que é mais coerente com os princípios de igualdade e respeito à diversidade que norteiam as sociedades democráticas.

2.3. Movimento inclusivo: uma nova proposta em ascensão

Inclusão é um conceito que busca garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências e necessidades educacionais especiais, tenham acesso à educação em escolas regulares em todos os níveis, desde a pré-escola até o ensino superior. Isso implica em uma nova postura da escola, que deve adaptar seu projeto pedagógico, currículo, metodologia de ensino, avaliação e atitude dos educadores para favorecer a integração social e a diversidade. A inclusão não se resume apenas à matrícula dos alunos com deficiências na escola regular, mas também requer que a escola e os professores tenham o suporte necessário para oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos.

A heterogeneidade é vista como uma vantagem na inclusão, pois permite o desenvolvimento dos alunos e a promoção de interações enriquecedoras em sala de aula. A inclusão também implica em uma mudança de postura da sociedade, que deve superar preconceitos e criar metodologias de trabalho em consonância com o conhecimento científico.

Embora estejamos no quarto paradigma - o da inclusão, a experiência da inclusão é recente e ainda incipiente nas escolas, mas é suficiente para levantar questionamentos sobre a ética que ilumina as ações na direção de uma escola para todos. As propostas e políticas educacionais que proclamam a inclusão devem considerar as diferenças na escola, dos alunos com deficiências e necessidades educacionais especiais e de todos os demais excluídos, e valorizar as diferenças como condição para avanço, mudanças, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar.

A inclusão pode ser vista como um grande avanço, pois recomenda a matrícula do aluno com deficiências e necessidades educacionais especiais na escola pública regular, em vez de na escola especial, além de ONGs que auxiliam as pessoas oferecendo esses serviços aonde o estado não chega. No contexto da inclusão, duas tendências predominantes podem ser observadas: os inclusivistas, que defendem a inclusão em bases legalistas do direito de todos e dever do Estado, e os adaptadores sociais ou restauradores escolares e da educação.

É importante ressaltar que a inclusão não se trata apenas de uma questão de acesso físico à escola, mas sim de um processo de transformação cultural, que

envolve mudanças nas atitudes, valores e práticas dos educadores, dos alunos e da sociedade como um todo. É fundamental que a inclusão seja vista como um processo contínuo e não como um objetivo final a ser alcançado, e que seja acompanhada por políticas públicas efetivas que garantam a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, emocionais, sociais ou culturais.

A inclusão não é uma tarefa fácil, e requer o envolvimento de todos os atores envolvidos no processo educacional, incluindo gestores, professores, alunos, famílias e a comunidade em geral. É necessário um esforço conjunto para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas diferenças e necessidades individuais, e que prepare cada um para a participação plena e ativa na sociedade.

Por fim, a inclusão escolar é um processo complexo e desafiador, que requer uma mudança de paradigma na educação, na qual a diversidade e a inclusão sejam valorizadas como elementos fundamentais para o desenvolvimento humano e social. É preciso que sejam criadas políticas públicas efetivas, que garantam o acesso de todos os alunos à educação, e que sejam realizadas mudanças profundas na formação dos professores e nas práticas pedagógicas, para que a inclusão possa se tornar uma realidade em nossas escolas.

2.4. O lugar do “especial” na educação

É comum que muitas crianças sejam rotuladas como "diferentes", "deficientes" ou "incapazes de aprender" e, por isso, sejam encaminhadas para a educação especial, mesmo assim frequentem o ensino regular. No entanto, é importante lembrar que essa forma de avaliação pode ser limitada e não considerar as habilidades e potencialidades dessas crianças. Além disso, é preciso ter cautela com o aumento dos índices de encaminhamento para a educação especial, pois isso pode refletir uma falta de preparo das escolas e dos professores para lidar com a diversidade e as necessidades educacionais dos alunos.

Por outro lado, é animador ver que algumas escolas estão investindo em práticas mais inclusivas, reconhecendo a importância de proporcionar oportunidades iguais de aprendizado e convivência para todos os alunos. No entanto, é importante destacar que a inclusão escolar não se restringe apenas à inserção de alguns alunos

com deficiência em classes regulares, mas deve ser vista como um processo contínuo e abrangente, que envolve a adaptação da estrutura física e pedagógica da escola, a formação dos professores e a promoção de uma cultura inclusiva na comunidade escolar. Ferreira e Guimarães (2003, p. 24), ressaltam que:

[...] grande parte das terminologias adotadas em educação especial, tem sua origem em documentos internacionais, sendo normalmente de origem inglesa ou espanhola, entre outros destacam-se: deficiência, incapacidade e desvantagem ou impedimento, respectivamente impairment, disability, handicap, em inglês, e deficiência, discapacidade e minusvalía, em espanhol[...].

A inclusão escolar é um processo desafiador e complexo, que demanda um comprometimento constante e uma mudança de mentalidade por parte de todos os envolvidos. É fundamental ressaltar que a inclusão não é uma moda ou uma imposição, mas sim um direito de todos os alunos. Quando implementada de forma adequada, a inclusão escolar pode trazer benefícios significativos para todos os alunos, promovendo a diversidade, a empatia, o respeito e a igualdade de oportunidades.

3. PAPEL DO PROFESSOR REGULAR DIANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS DIFICULDADES PARA INCLUSÃO

O papel do professor em uma escola inclusiva desempenha um papel fundamental e multifacetado na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades. O professor em uma escola inclusiva deve desenvolver planos de ensino que sejam flexíveis e adaptados para atender às diferentes necessidades dos alunos. Isso envolve a modificação e a personalização do currículo para torná-lo acessível e relevante para todos. Ele deve empregar uma variedade de estratégias de ensino para atender às diferentes maneiras pelas quais os alunos aprendem. Isso pode envolver o uso de recursos visuais, auditivos, táteis e interativos, bem como o fornecimento de instrução individualizada ou em pequenos grupos.

O professor é responsável por criar um ambiente de sala de aula acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados. Isso pode incluir a promoção de interações positivas entre os alunos, a promoção de atividades colaborativas e a eliminação de barreiras físicas e sociais. Alunos com necessidades especiais podem requerer apoio adicional. O professor deve identificar essas necessidades e fornecer apoio individualizado, seja por meio de instrução individual, adaptações de materiais ou suporte de um profissional especializado.

Para que a escola se torne realmente um espaço inclusivo, para que, segundo Freire (1996), o professor se envaideça de sua boniteza ao ser um transformador social, é necessário mais do que a eliminação de barreiras arquitetônicas ou adequações curriculares, é preciso que haja mudança atitudinal por parte dos envolvidos com o processo educativo, neste caso, particularmente, dos educadores.

No entanto, essa tarefa é complexa e exige a revisão das práticas educacionais até então predominantes, que tendem a ser elitistas e excludentes. Para favorecer a inclusão, é preciso lutar contra a lógica voltada para a homogeneidade e os critérios de competência e rendimento existentes na escola, que tendem a afastar aqueles considerados "diferentes" ou com necessidades educacionais especiais.

Para que a inclusão escolar seja efetiva, é necessário adotar um currículo flexível que priorize as interações sociais e seja adequado tanto para alunos com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais quanto para alunos regulares. A metodologia de ensino deve ser modificada para atender às necessidades dos alunos, em vez de exigir que o aluno se adapte à estrutura da escola.

A formação e capacitação dos professores são fundamentais para o sucesso da inclusão escolar, assim como a observação atenta às respostas dos alunos. O processo avaliativo deve ser participativo e pautado por um acompanhamento constante. O planejamento da ação educativa inclusiva deve envolver os educadores tanto da educação especial quanto da regular, de forma participativa.

Assim, a inclusão escolar exige uma mudança de paradigma na educação, em que a heterogeneidade é valorizada e todos os alunos têm as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Essa mudança requer a reestruturação das práticas pedagógicas das escolas e a formação e capacitação dos professores, com um currículo flexível e um processo avaliativo participativo e baseado no

acompanhamento constante dos alunos. Existem várias metodologias de ensino contemporâneas que buscam se adaptar às necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos, promovendo uma educação mais envolvente, participativa e significativa.

Algumas das principais metodologias de ensino contemporâneas, segundo o trabalho de Morán (2015) incluem:

- I - Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP): Nessa abordagem, os alunos trabalham em projetos que envolvem investigação, resolução de problemas e aplicação prática do conhecimento. Os projetos são geralmente interdisciplinares e incentivam a colaboração, a pesquisa autônoma e a criatividade.
- II - Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): Similar à ABP, nessa abordagem os alunos se envolvem na resolução de problemas do mundo real. Eles identificam questões, pesquisam soluções e aplicam seus conhecimentos para abordar problemas complexos.
- III - Ensino Híbrido e Ensino Online: Essas metodologias envolvem o uso da tecnologia para combinar elementos presenciais e online no processo de ensino. Isso pode incluir aulas virtuais, recursos interativos, discussões online e atividades práticas em sala de aula.
- IV - Sala de Aula Invertida: Nesse modelo, os alunos acessam materiais de aprendizagem (vídeos, leituras, etc.) antes da aula e usam o tempo em sala de aula para discussões, atividades práticas e esclarecimento de dúvidas.

Cada uma dessas metodologias tem seus próprios benefícios e desafios, e muitos educadores combinam elementos de diferentes abordagens para criar um ambiente de aprendizagem eficaz e diversificado. A escolha da metodologia depende dos objetivos de aprendizagem, das necessidades dos alunos e do contexto educacional.

O trecho apresentado destaca a importância da participação ativa e integrada do professor na equipe escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e buscando alternativas que minimizem as diferenças entre os alunos com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais e os demais.

Para isso, é fundamental que o professor entenda o significado de uma escola inclusiva e reconheça que seus alunos podem desenvolver meios diferentes de aprendizagem, utilizando caminhos que o próprio professor desconhece. A autora Mantoan argumenta que a resistência da escola tradicional à ideia de uma escola única para todos reflete a incapacidade de lidar com a complexidade e a variedade dos indivíduos e grupos humanos.

A criação de categorias, como deficientes, carentes, inteligentes, entre outras, perpetua as injustiças na escola e justifica a segregação em modalidades de ensino, espaços e programas específicos. A autora Ainscow sugere que os professores se sensibilizem para novas formas de pensar que lhes permitam aperfeiçoar sua prática na sala de aula.

A adesão a um novo paradigma de inclusão requer mudanças internas na escola, na sua organização, na oferta de apoios específicos e na utilização de recursos da comunidade. Essas mudanças também podem incluir alterações estruturais e adaptações arquitetônicas, preparação do pessoal técnicoadministrativo, treinamento de funcionários e viabilização de recursos. Segundo a autora Glat (2018), a inclusão total é uma utopia, mas é importante alimentar o investimento afetivo em uma sociedade inclusiva, que é a sociedade ideal almejada por todos

A inclusão requer o entendimento de que o processo de conhecimento é tão importante quanto o seu produto final, respeitando o ritmo de aprendizagem e o traçado que cada aprendiz elabora, a partir de seu estágio de desenvolvimento, seus sistemas de significação e seus conhecimentos. Atualmente, um dos desafios enfrentados pela comunidade educativa é capacitar a generalidade dos alunos, desenvolver a capacidade de aprender, independentemente de suas diferenças, a ter sucesso em sua aprendizagem os modelos educativos rompam com os determinismos médico-psicológicos e sociológicos que justificaram séculos de segregação para aqueles que mais precisavam da escola comum para o encontro solidário com os pares. Os sistemas educacionais precisam estar em sintonia com os problemas de renovação da escola pública, pois uma escola que se desenvolve fugindo de conflitos é uma escola fraca. Além disso, a cultura da escola tem sempre a "marca" de seu passado e dos valores e crenças cultuados no presente.

Para que a prática diária na sala de aula possa ser organizada, é necessário um apoio em serviço que implique mudanças no local de trabalho e na forma como se organiza a formação do pessoal nas escolas. Isso significa que deve haver uma oportunidade imediata para uma prática apoiada e para a colaboração entre colegas, além de condições que apoiem a experimentação.

A reorientação significativa dos recursos e esforços é necessária para transformar as organizações que estão estruturadas para manter o status quo em novas formas de trabalhar que apoiem atividades orientadas para o aperfeiçoamento. A criação de mecanismos que encorajem o aperfeiçoamento traz aos profissionais a capacidade de ver seus objetivos e prioridades com mais clareza, produz maior confiança e enriquecimento, e desenvolve o desejo de experimentar respostas alternativas para os problemas da classe. Tais problemas devem ser vistos como parte integrante de um processo vasto de aperfeiçoamento da escola, garantindo maior apoio aos professores quanto às respostas que dão aos alunos que apresentam maiores dificuldades em seu processo escolar.

A gestão democrática é essencial para a elaboração do projeto políticopedagógico para a escola inclusiva, que exige a modernização da cultura da escola em um clima de liberdade de expressão e respeito às incertezas. Espírito e atitudes mais democráticos devem ser mais estimulados para efetivamente se falar e/ou repensar a inclusão. Tanto a administração da escola quanto o planejamento estarão voltados para a operacionalização de ações mais democráticas no acolhimento de alunos que apresentem deficiências e/ou necessidades educacionais especiais, oferecendo-lhes, por direito de cidadania, a inclusão na aprendizagem e na participação.

A fase de debates e análises que deve preceder à redação do projeto políticopedagógico tem dentre seus objetivos a mudança de atitudes em relação às diferenças dos alunos, particularmente quando são mais significativas. A escola deve centrar seus esforços na criança, não em suas dificuldades para adaptá-la à classe dos ditos "normais", e nunca perder de vista sua relação dentro de uma comunidade mais ampla. Nesse sentido, pode repensar e/ou traçar metas para tornar-se mais inclusiva e aberta a todas as diversidades existentes.

3.1. Situando a educação especial nesse contexto

De fato, a definição e o entendimento da educação especial têm sido objeto de debate entre os autores e profissionais da área. Embora haja concordância geral de que se trata de uma modalidade de ensino voltada para alunos com deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, as diferentes concepções acerca da sua natureza e função podem gerar divergências quanto ao seu papel na escola e na sociedade.

No passado, a educação especial era vista como uma prática segregadora, que isolava os alunos com deficiência em unidades ou centros específicos, afastando-os do ensino regular. No entanto, com o advento da Normalização de Serviços e a defesa da inclusão, a educação especial passou a ser entendida como um processo que objetiva promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência e garantir sua permanência e inclusão no ensino regular, com apoios e acompanhamentos adequados.

Assim, as diferentes concepções acerca da educação especial podem influenciar a forma como ela é implementada na escola e na sociedade. A compreensão da sua natureza e função pode favorecer a implementação de políticas inclusivas e a promoção do desenvolvimento dos alunos com deficiência, condutas típicas ou altas habilidades.

Concordamos com a visão apresentada de que a educação especial não deve ser encarada como uma educação desigual, separada da educação regular. Pelo contrário, é importante que se busque a inclusão escolar de alunos com deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais no ensino regular, por meio de sistemas educacionais inclusivos.

Para isso, é fundamental que se promova o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adoção de princípios educacionais válidos para todos os alunos, o que naturalmente resultará na inclusão escolar de alunos com deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais. Além disso, é importante que se disponibilize um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar,

suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de forma a garantir a educação formal desses alunos.

A educação especial, portanto, deve se dedicar à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatíveis com os ideais democráticos de uma educação para todos. Isso requer disposição para dialogar, aprender, compartilhar e trabalhar de maneira integrada no processo de mudanças da gestão e da prática pedagógica.

Nesse sentido, concordo que é importante que se busque prevenir problemas de aprendizagem ou de comportamento que possam levar o aluno a ser encaminhado para o ensino especial, por meio de uma melhoria no processo de ensino e aprendizagem que ocorre nas classes regulares. Isso pode contribuir para uma educação mais inclusiva e para a promoção do desenvolvimento e aprendizado de todos os alunos.

Concordamos que é importante que cada unidade escolar diagnostique sua realidade educacional e implemente alternativas de serviços e a sistemática de funcionamento de tais serviços, de forma a favorecer o sucesso pedagógico pretendido. É fundamental que sejam consideradas as alternativas já existentes, como a rede de apoio às famílias disponibilizadas pelas assistências sociais dos municípios, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), além de salas de recursos, os centros e as salas de apoio pedagógico, os serviços de itinerância, entre outros recursos e serviços educacionais especiais, e que se invista na criação de novas alternativas, fundamentadas no conjunto de necessidades educacionais especiais encontradas no contexto da unidade escolar e/ou do município.

Essas alternativas devem ser pensadas de forma a colaborar de forma decisiva para o desenvolvimento do processo inclusivo. É importante que se promova o trabalho em parceria entre professor e supervisor na escola, visando transformar a prática pedagógica mais apropriada e significativa, resgatando principalmente a autoimagem do professor, suas crenças em suas próprias capacidades educadoras e o envolvimento afetivo com suas tarefas cotidianas e seus alunos.

Além disso, é fundamental que o sistema de ensino garanta o apoio às escolas, aos professores e aos alunos, de forma a promover a educação inclusiva de maneira efetiva. Isso implica em investimentos em recursos, serviços e formação de professores, além de outras ações que possam contribuir para a promoção da inclusão escolar de alunos com deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais.

Por fim, é importante que sejam promovidas mudanças conceituais e estruturais na educação, visando à construção de uma escola que se especialize em todos os alunos e não apenas nos com deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais. Para isso, é fundamental a colaboração entre todos os envolvidos no processo educacional, buscando soluções que atendam às necessidades específicas de cada aluno e promovam a inclusão escolar de maneira efetiva.

3.2. Os desafios da educação inclusiva e a ousadia de tentar

A construção de uma escola inclusiva é um caminho longo e árduo, que exige a atenção da instituição educacional aos interesses, características, dificuldades e resistências apresentadas pelos alunos no dia a dia da instituição e no processo de aprendizagem. Para isso, é fundamental que o ambiente escolar seja construído como um espaço aberto, acolhedor e preparado para atender às peculiaridades de cada um.

Uma escola inclusiva deve abandonar o quadro de padrões e normas de educação das crianças, segundo habilidades previamente definidas como desejáveis, substituindo-o por um novo critério: a oferta de condições para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno. Somente por meio dessa revolução, será possível criar uma normalidade que seja capaz de responder às necessidades das crianças, servindo de resposta concreta às expectativas da sociedade quanto à inclusão escolar e à educação de crianças com deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais.

Concordo que trabalhar, inovar, ousar e implementar, numa perspectiva inclusiva, não é uma missão impossível, mas sim um desafio viável. É uma questão de pensar, querer e encarar o árduo caminho para mudar. É preciso querer criar uma escola que inspire a troca entre os alunos, que confronte formas desiguais de pensamento, que busque metodologias interativas, que faça do reconhecimento da

diversidade uma estratégia para uma nova aprendizagem, que conceba o aluno inteiro e respeite a dignidade de todo e qualquer indivíduo.

Concordo que o desafio de construir uma escola para todos está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção, a dicotomização do ensino nas modalidades especial e regular, as especializações e especialistas, o poder das avaliações, da visão clínica do ensino e da aprendizagem. É preciso superar essas visões e construir uma escola inclusiva que atenda às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. Isso exige uma mudança de paradigma, que deve envolver todos os atores do processo educacional, desde os gestores até os professores, alunos e suas famílias.

Com base no texto apresentado, é possível afirmar que a escola inclusiva é de extrema importância para a educação e desenvolvimento do país. É necessário que haja uma renovação pedagógica que considere as diferenças e que as políticas públicas garantam a inclusão dos excluídos por meio de serviços escolares e de saúde adequados.

Para que a inclusão escolar seja efetiva, é preciso adotar uma pedagogia centrada no aluno, que proporcione um ambiente acolhedor, seguro e respeitoso com a diversidade. Além disso, é fundamental que a escola esteja aberta a refletir criticamente, pesquisar e buscar inovações em resposta às necessidades de inclusão. Hoppen (2010) explica:

O professor que acredita na inclusão, que vive a diversidade em sala de aula como algo natural também vivido na sociedade em geral, que respeita seus educandos como seres potencialmente capazes, este educador é um verdadeiro provocador de desafios, sabedor de que a resposta educativa de um pode não ser igual à de outro.

Dessa forma, a escola inclusiva deve ser construída como um espaço aberto, acolhedor e preparado para atender às peculiaridades de cada indivíduo. Cabe a todos os atores envolvidos no processo educacional trabalhar juntos para alcançarmos esse objetivo é construirmos uma sociedade inclusiva, baseada nos princípios democráticos e igualitários do indivíduo, de inclusão, de inserção e de provisão de uma educação de qualidade para todos os alunos.

A autora destaca a importância da reflexão crítica e da mudança nos conceitos e pilares teórico-metodológicos que regem a educação inclusiva no Brasil. Os pais são vistos como aliados nesse processo de construção de uma escola inclusiva, que valorize e respeite as diferenças de cada aluno.

Para que essa mudança ocorra de forma efetiva, é necessário que haja uma reflexão coletiva dos professores sobre a adaptação do currículo ao aluno com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais, bem como uma estruturação da instituição para oferecer um ambiente mais adequado a esses alunos. O apoio pedagógico aos professores deve ser garantido por meio de variadas estratégias, visando ao planejamento adequado para o trabalho em sala de aula, com programações específicas, adaptações curriculares, metodologias, organização da classe, avaliação e técnicas de trabalho em grupo.

O currículo deve ser flexível e adaptado às aprendizagens individuais, com uma avaliação inicial que leve em conta as necessidades e potencialidades de cada aluno. As avaliações devem ser processuais e direcionadas para a tomada de decisões educacionais e para o replanejamento do ensino.

Além disso, é fundamental que a escola se conscientize de que as dificuldades enfrentadas por alguns alunos são resultado do modo como o ensino é ministrado e a aprendizagem é avaliada. É necessário despertar o hábito de trabalho cooperativo e da reflexão coletiva, bem como uma análise crítica dos problemas enfrentados e das atividades profissionais desenvolvidas pelos educadores, visando à conscientização e à melhor sistematização dessas atividades.

Assim, a construção de uma escola inclusiva requer a participação e o compromisso de todos os atores envolvidos no processo educacional, visando à valorização da diversidade e ao respeito à dignidade de cada indivíduo.

Neste sentido destaca a necessidade de profundas mudanças na escola, a fim de que ela possa atender às expectativas da sociedade em relação à integração escolar e à educação da criança com deficiência. Para alcançar uma nova normalidade, é preciso repensar a prática pedagógica, tendo como eixos a Ética, a Justiça e os Direitos Humanos.

A escola deve ser uma porta de entrada para um mundo plural, capaz de superar as barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais e culturais, por meio da interatividade. Isso significa que a escola deve ser um contexto educacional inclusivo, em que todos os alunos possam participar plenamente, valorizando e aproveitando as singularidades de cada um.

Para isso, é fundamental que a escola seja um ambiente acolhedor e seguro, que proporcione um ensino centrado no aluno e que esteja aberto a refletir criticamente e buscar inovações para atender às necessidades de inclusão. Além disso, é necessário que as políticas públicas garantam a inclusão dos excluídos, por meio de serviços escolares e de saúde adequados.

O objetivo é construir uma escola inclusiva, que valorize a diversidade e respeite a dignidade de cada indivíduo, baseada nos princípios democráticos e igualitários. Somente por meio dessas profundas mudanças será possível alcançar uma nova fase de humanização e sociabilização, que vá além dos pressupostos hegemônicos do liberalismo. A escola deve ser vista como um espaço de aprendizado e convivência, capaz de formar cidadãos críticos, responsáveis e comprometidos com a sociedade.

3.3. A formação de professores para fazer face ao desafio da educação inclusiva

A dificuldade histórica na formação de professores para a área de educação especial, tanto para atender a esse alunado adequadamente dentro de instituições especializadas como, mais recentemente, para implementar o processo de inclusão dos alunos com deficiências e/ou necessidades especiais educacionais nas escolas comuns.

Nos anos finais do Império, o atendimento a essas pessoas estava vinculado aos profissionais da saúde, e a atuação dos professores ficava sob tal dependência. Nos anos 20 do século passado, havia uma crescente preocupação com a dimensão propriamente pedagógica da ação educativa voltada para esse alunado, mas ainda influenciada pela abordagem psicológica e sem abandonar o campo da saúde.

Apesar da postulação, em 1930, de uma formação comum a todos os professores, tanto no que se refere ao conteúdo quanto à prática, que deveria possibilitar-lhes experiências com as crianças ditas “normais” e com as consideradas deficientes, a estruturação das escolas Pestalozzi confinou os alunos deficientes em escolas especiais, o que pode ter contribuído para a atual forma de estruturação e de atendimentos destinados a esse alunado pelas diferentes instituições especializadas.

O problema também se apresenta ao nível da formação de professores, uma vez que, em geral, a formação dos profissionais da educação se dá em dois ramos distintos: os que deverão atuar no ensino regular e os que atuarão na educação especial. Essa formação diferenciada pode reforçar um modelo que se baseia na eficiência, na seleção dos melhores e na exclusão social de muitos, fundado em uma visão “desfocada” da realidade e do indivíduo.

Há o risco de se institucionalizar a discriminação já no ponto de partida da formação dos professores, negando, portanto, o princípio da “integração”, não só do deficiente na rede regular de ensino, como também do profissional da educação na realidade educacional existente, não só nas escolas, mas também nas classes especiais e nas instituições especializadas.

Destaca-se aqui a necessidade de repensar a maneira como está organizada a formação de professores para a área de educação especial, a começar pela própria noção que se tem dos saberes e dos conhecimentos necessários a esse profissional. É preciso reconhecer que o conhecimento está em contínua transformação e revisão, especialmente no campo do atendimento às diferenças dos alunos com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais, onde as descobertas e inovações trazidas pela ciência e pela tecnologia abrem continuamente novas possibilidades. É necessário estimular uma base de formação que valorize tanto o trabalho pedagógico quanto a formação técnica e o espaço para a pesquisa e produção do conhecimento deve ser o eixo norteador do trabalho, o mais interdisciplinar possível, articulando docentes e alunos nessa tarefa de construção social do saber.

Além disso, é importante incentivar a cultura da educação continuada, para que se torne uma prática habitual o aluno retornar à universidade, uma vez inserido no mercado de trabalho, a fim de aperfeiçoar e aprofundar seus estudos. Somente dessa maneira, o profissional da educação poderá contribuir para a diminuição da

segregação e da exclusão dos diferentes pela sociedade e garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades educacionais.

Evidencia-se a importância da implantação de uma política de formação de professores e de um projeto pedagógico adequado para garantir um processo de ensino e aprendizagem de qualidade na perspectiva da educação inclusiva. Segundo Godoy (2000), a formação de professores deve contemplar a existência de professores generalistas capazes de desenvolver processos de ensino e aprendizagem em classes comuns da educação básica, a formação de professores para educação especial com formação em nível superior para o apoio pedagógico especializado e a formação de professores em nível de pós-graduação para formar novos profissionais para o atendimento escolar aos alunos, incluindo a educação superior.

No entanto, a realidade da formação de professores no Brasil ainda está distante desse modelo ideal, com muitos cursos de graduação na área da educação não incluindo conteúdos voltados para a preparação de profissionais capazes de atender adequadamente às necessidades educacionais dos alunos. Além disso, os currículos desses cursos muitas vezes estão distantes da prática pedagógica, o que dificulta a preparação dos profissionais da educação para trabalhar com a heterogeneidade encontrada no universo dos educandos.

Para implementar a educação inclusiva, é necessário planejamento minucioso, com previsão de modalidade e períodos de formação para implementar novos dispositivos, incluindo a estruturação e a organização curricular de forma participativa, a formação do pessoal nas técnicas especializadas para o atendimento das crianças com deficiências e a formação dos profissionais das escolas para o uso de novos recursos educativos. Tudo isso deve ser realizado em perfeita sintonia entre o pessoal de apoio, a direção, a coordenação pedagógica, os serviços de orientação, o corpo docente, os conselhos de classe, os pais e os representantes comunitários.

O texto evidencia a importância da formação dos professores para a promoção da inclusão na escola. Essa formação deve abranger não somente os professores de educação especial, mas também todos os profissionais da educação, incluindo os

professores da classe regular e outros profissionais que oferecem suporte técnico aos docentes. Além disso, essa formação deve ser contínua e incluir disciplinas voltadas para o trabalho pedagógico com alunos que apresentam deficiências e/ou necessidades educacionais especiais, bem como orientação e acompanhamento permanente com os pais e a comunidade.

Percebemos a importância da redução do número de alunos por turma e da implementação de um serviço sistemático de apoio especializado ao docente regular para garantir condições adequadas para a inclusão na escola. Além disso, ressalta a importância de uma campanha de educação comunitária intensa para conscientizar a população sobre a problemática da integração/inclusão.

Logo, o texto destaca que a formação de professores para a promoção da inclusão deve ser vista como parte integrante da formação de profissionais da educação geral e deve ser submetida às mesmas discussões que vêm sendo realizadas nesse campo, seja no âmbito nacional, estadual ou regional. Dessa forma, será possível concretizar o ideal democrático de oportunizar a educação básica a todos os alunos, eliminando barreiras e limitações que geram segregação e discriminação. O *Plano Nacional de Educação* PNE (BRASIL, 2014) diz:

"Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional."

Segundo Jiménez (1997), a qualificação profissional do professor deve levar ao desenvolvimento de uma competência voltada para a aceitação da diversidade presente na clientela escolar e para o entendimento dos caminhos que o aluno percorre no processo de construção do conhecimento. Para isso, Fonseca (1987) defende um modelo de formação contínuo e atualizado, que abrange tanto a formação inicial quanto a formação permanente, com sistemas de levantamento de necessidades e disseminação de recursos e conhecimentos para garantir a interação e colaboração entre os centros de formação e as escolas.

Para eliminar ou reduzir esses preconceitos, é necessário sensibilizar a sociedade e promover a convivência na diversidade humana dentro das escolas, empresas e programas de lazer inclusivos. Existem resultados que comprovam a eficácia da educação inclusiva em aspectos como comportamentos na escola, em

casa e na comunidade; senso de cidadania; respeito mútuo; valorização das diferenças individuais e aceitação das contribuições das pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, dentro e fora das escolas inclusivas.

Aponta-se a importância da formação continuada dos professores como uma estratégia para desalojar o estabelecido e substituí-lo por novas teorias e práticas, alicerçadas em outra leitura de mundo e na crença na infinita riqueza de potencialidades humanas. A formação deve ser teórica e prática, capacitando os professores para lidar com a diversidade e dar conta das mais diversas diferenças, incluindo as crianças com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais.

Além disso, preconiza-se que a implementação da educação inclusiva requer mudanças profundas e radicais na formação de professores, incluindo a Educação Especial, e que os professores precisam investir emocionalmente, ter conhecimento científico-técnico pedagógico, conduta ética e compromisso com a aprendizagem dos alunos. O professor reflexivo é aquele que considera seu fazer docente e as práticas pedagógicas que ocorrem na escola como objetos permanentes de reflexão.

A formação pode ser oferecida sob a forma de formação continuada pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e pode se desenvolver como cursos de duração maior ou menor, como oficinas, encontros, seminários, congressos etc. O importante é que a formação seja baseada na experiência gestada no exercício da profissão e que retorne para a prática com questionamentos e novos elementos que enriqueçam o debate e o coletivo da sala de aula, da escola e das comunidades educativas mais amplas.

Logo, destaca-se que a educação inclusiva de qualidade requer que o professor da classe comum e o professor especialista trabalhem juntos na perspectiva de apoio ao processo de inclusão escolar, contemplando as características e diferenças de cada aluno.

O papel do educador na Educação Especial é ser o mediador do processo ensino e aprendizagem, proporcionar aos alunos estratégias e metodologias que desenvolva suas habilidades e competências que são primordiais, as dificuldades para educação inclusiva dentro da escola é um desafio constante, pois, muitas vezes as escolas não possui estrutura física e nem adaptação adequado para atender esses

educandos, além disso, tem também os professores que tem pouca formação em relação à forma de ensinar a esses alunos necessitando se capacitar e aprender a Língua de sinais (LIBRAS), ou até mesmo braile é um desafio ter que ensinar a todos os alunos seja com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação que são regularmente matriculados na rede de ensino.

Quanto aos profissionais, no Art. 59, III, a lei garante:

Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 2002).

Nessa citação, podemos compreender que os professores precisam ser capacitados para atender os alunos na classe regular, pois isso é um direito garantido na declaração dos direitos humanos e que deve ser cumprida e respeitada por todos. O processo para formação e a universalização da educação deve compreender a inclusão como uma forma integradora e inovadora que faz parte do contexto social da comunidade escolar. A educação precisa fazer questionamentos que favoreçam a busca por melhorias e romper paradigmas alcançados novos horizontes. Sendo assim entende-se que:

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente de maneira incondicional, nas classes do ensino regular, alunos ditos normais com alunos deficientes ou não, que apresentam necessidades educativas especiais. A inclusão beneficia todos, uma vez que sadios sentimentos e de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver (BRASIL, 1999, p.8).

Na citação de Brasil, acima mencionada pode ser compreendido que a inclusão traz benefício a todos, pois, aprendemos com o diferente com o novo e que o respeito é um sentimento que engrandece a autoaceitação e que o processo de educar vai além da escola o conhecimento é construído em todos os ambientes e diferentes esferas sociais os indivíduos apreender em vários contextos se inicia em conversas com uma simples troca de informação.

A sociedade brasileira com o passar do tempo foi dando espaço às pessoas com necessidades especiais, mais ainda precisa melhorar, é importante mencionar que desde a antiguidade o preconceito existia tendo como exemplo os índios que de

acordo com sua cultura e costumes quando nascia uma criança com algum tipo de deficiência ela era considerando uma maldição.

Por exemplo, Criança com deficiência física, gêmeos, filho de mãe solteira ou fruto de adultério podem ser vistos como amaldiçoados dependendo da tribo e acabam sendo envenenados, enterrados ou abandonados na selva. Uma tradição comum antes mesmo de o homem branco chegar por lá, mas que fica geralmente escondida no meio da floresta. Contudo, isso mostra que o preconceito já existia nas primeiras gerações e que até atualmente prevalece na sociedade.

Nesse cenário mesmo com a evolução em pleno século XXI, tem aqueles que pelo simples fato de uma pessoa ter algum tipo de deficiência acha que a mesma não tem capacidade igual à outra que não tem, esse pensamento errôneo deve ser banido e a melhor forma é a conscientização dos indivíduos dentro da escola para que elas consigam conviver e respeitar as diversidades culturais.

A definição de pessoa deficiente foi aceita internacionalmente e aprovada pelo Council of Exceptional (CEC), no I congresso Mundial sobre o futuro da Educação Especial, é a seguinte:

A pessoa deficiente é aquela que se desvia da média ou da criança normal em: características mentais, aptidões sensoriais, características neuromusculares e corporais, comportamento emocional e social, aptidões de comunicação e múltiplas deficiências, até ao ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades.

A partir dessa afirmação, fica evidente que a pessoa com deficiência pode desenvolver e aprender com as práticas educacionais, e que o processo de aprender está ligado à troca de ideias e opiniões e que sujeito junto constrói conhecimentos. Nesse contexto, a integração se materializa quando a pessoa com deficiência foi adquirida nas mesmas condições de aprendizagem independente das suas condições de educação.

O direito à igualdade foi conquistado com a luta por oportunidades na educação, é essencial que a inclusão da pessoa com necessidades especiais no ensino regular, deve ser discutida, planejada e estruturadas, dessa forma os direitos dessas pessoas

sejam proporcionado e assegurados da melhor maneira possível isso que é inclusão, pois deficiência é uma característica de uma pessoa, isso não define caráter e sim uma qualidade que necessitar ser respeitada e valorizada em todos os aspectos socioculturais, a educação se faz com a aceitação da diferença de acreditar no outro como ser altamente pensante com seu senso crítico social.

O exercício e o ato de ensinar, se faz necessária a prática educativa direcionada a uma pedagogia interativa, e aberta para todo tipo de diálogo e abordar a compreensão de variados níveis de conhecimento e desempenho dos educandos. A prática pedagógica veio para somar é um elemento grandioso para a transformação dentro da escola, busca estratégias diferenciadas e o que vai contribuir para a melhoria na educação.

3.4 O saber-fazer do professor e a educação inclusiva

O professor regular é um profissional que possui grande relevância no processo de inclusão na educação, mas existe certa resistência em aceitar o desafio, isso acontece por parte pelo processo de construção da escola que muitas vezes despreparada acaba menosprezando algum educando por sentir incapaz de oferecer toda assistência necessária e adequada.

A resistência é compreendida, pois os desafios são muitos e as demandas às vezes são bem maiores e a dificuldade da escola em pode atender é enorme, as estruturas inadequadas e a falta de preparo vêm de forma negativa favorece a falta de aceitação e tem ainda alguns profissionais que não quer lidar com o novo fica enraizado a métodos de ensino tradicional sem nenhuma contextual idade se acha o detentor de todo o conhecimento ensinar não é uma receita pronta que deve ser usada repetitivamente e sim dever ser inovadora e significativa e para lidar com alunos com deficiência precisa ter preparo e se qualificar e busca se capacitar para pode ser o mediador desses educandos que sonha tanto com o acesso a uma educação de qualidade.

Correia (1997) afirma que essa resistência é compreensível quando se analisa a falta de formação adequada para enfrentar esse desafio, pois, para entender o papel do professor no processo de inclusão é importante considerar sua atuação na educação e a sua formação diante do processo de inclusão.

A questão da inclusão é de grande importância histórica, ao se considerar a educação como uma ferramenta de transformação. A Educação Especial, enquanto modalidade de ensino com parâmetros específicos, demanda a garantia dos direitos de ambos os sujeitos para que a sua implementação seja eficaz. Incluir é, em essência, uma manifestação de solidariedade para com o próximo e um compromisso com a igualdade em relação ao próximo.

A escola tem o papel de proporcionar e oferecer oportunidades para todos sem excluir ninguém, a democracia se faz com a participação dos indivíduos, independentemente de sua condição financeira e muito menos dos status que o mesmo pode ter e sim o direito que é direcionado às pessoas. O papel dos educadores vai além da transmissão dos conteúdos ou informações escolares:

O professor é a chave do processo pedagógico e modelo a ser espelhado em diversas situações pelos alunos. Nesta dimensão, o processo de inclusão necessita de professores especializados para todos os alunos. Portanto, eles terão de voltar a estudar, a pesquisar, a refletir sobre suas práticas e a busca de metodologias inovadoras de ensino para esse fim (Gómez 1992, pp.103-105).

As metodologias inovadoras de ensino devem fazer parte da vida do professor, o processo de inclusão tem que ter profissionais capacitados, pois irá enfrentar situação que precisa de preparo para atender os alunos, a pesquisa por informações deve ser constante isso fará a diferença no momento de lidar com algo novo.

A interação entre o professor-aluno, o professor planeja e escolhe os conteúdos para ser ministrada dentro da sala de aula a tomada de decisões que seja pertinente depende do educador, já o aluno vai aprender a compreender e a refletir sobre o assunto abordado e os conhecimentos e competências que precisam ser desenvolvidas, todo aluno apreende mais cada um de um jeito diferente e de maneiras diversificadas.

Fica bastante evidente que existe a necessidade de o professor ter habilidades e competências para desenvolver um trabalho de qualidade, têm que tornar decisões favoráveis e adequadas para cada aluno. Com relação às competências, é preciso que o educador ofereça recursos cognitivos e que busque compreender a realidade social do aluno ensinando conteúdos voltados às experiências construídas e a formação dos indivíduos.

O educador precisa ter humildade, e ser uma pessoa que respeita as diversidades seja elas cultural ou religiosa e ao mesmo tempo valorizar as diferenças aceitando todo o tipo de aprendizado aprender é passar por incertezas para chegar ao ideal de uma formação de qualidade.

O profissional tem que saber suas limitações e se preciso buscar ajudar de outras pessoas o que deve ser priorizado é dominação e o saber ministrar conteúdos de acordo com a realidade os educandos, alunos com deficiência apreender com ambiente escolar e a interação com os colegas da classe regular um sala de aula dinâmica e acolhedor transformarem a vidas dos alunos, escola lugar acolhedor e possibilitando de sonhos e de construção de valores éticos, emocionais e morais atrelados ao bem comum dos indivíduos.

Delors (1996) diz que no que se refere a sua formação pessoal, o professor deve aperfeiçoar seus conhecimentos, devendo haver equilíbrio qualitativo entre a competência para a disciplina ensinada e a competência. Deve, também, ser ética intelectual e afetiva, criar uma concepção de pedagogia questionadora, que se adapta à investigação com o uso de pesquisas científicas e de tecnologias, participando das decisões relacionadas com a educação, no âmbito escolar e no momento de decisões amplas de diretrizes maiores.

Delors reforça a ideia de que a formação pessoal do profissional deve ser feita, procurar novos conhecimentos enriquece o currículo e melhorar as metodologias de ensino um bom professor é aquele que busca o melhor para seus alunos que contribuir para o aprendizado e a formação dos educandos e mostrando que é através da educação que podemos ter um futuro melhor.

Desenvolvendo as possibilidades o educador terá a oportunidade de atingir seus objetivos, é o principal contribui para o pleno desenvolvimento das potencialidades dos seus alunos, e para o seu próprio aprendizado. É preciso que o

professor ensine os conteúdos além do que esteja escrito nos livros didáticos, que ultrapasse os limites diante da instituição de ensino.

A escola é uma forte aliada que ajuda os indivíduos a desenvolver seus conhecimentos e talentos, e a ter um pensamento crítico e a compreender as informações e o mundo que está ao nosso redor, com a constituição a educação é um direito de todos, sem distinção de raça, cor ou etnia. Contudo, dentro da sociedade possui muitas pessoas cada um com suas características e que apresentam necessidades especiais às vezes vem do nascimento outras adquirir com o tempo, tem aquelas que possuem deficiências mais severas, mesmo com a evolução vivemos ainda numa sociedade brasileira preconceituosa e que às vezes não compreender que somos todos iguais e temos direitos e deveres.

A inclusão é direcionada na dimensão sociocultural dos seres humanos, que enfatiza as diferentes formas de interação e possibilidades de apoio e acolhimento das dificuldades das necessidades das pessoas. Deve-se mencionar que o debate envolve a diversidade cultural, busca entender e compreender as diferentes situações vividas na sociedade e realidade social no cotidiano escolar.

A Inclusão parte da premissa de que toda criança pode aprender se suas particularidades na aprendizagem forem consideradas e estabelece uma forte crítica às práticas de integração escolar, a partir daí, as escolas encontram-se frente ao desafio de educar com êxito todas e quaisquer crianças, inclusive às que apresentam deficiências graves, adaptando a aprendizagem a cada educando sem abandonar o currículo comum e proporcionando-lhes a participação plena na vida escolar e social.

As dificuldades dos professores não estão somente em transmitir para esses alunos as disciplinas específicas em suas áreas de formação, mas lhes falta também o próprio conhecimento “para lidar com a língua brasileira de sinais (libras) e com a presença de intérpretes em suas aulas” (SILVEIRA e SOUZA, 2011, p. 38) e nos casos dos professores de ciências, como a Química, isso se torna ainda mais complicado, pois enfrentam grandes dificuldades em lidar com a construção do conhecimento científico voltado para esse grupo específico.

Nos últimos anos, as transformações ocorridas no meio educacional e na legislação que rege o sistema educacional brasileiro, mostram a clara necessidade de

incluir todos os alunos com deficiências nas salas de aula regulares das redes pública e particular de ensino.

Figueiredo (2010), enfatiza que a Educação Inclusiva enfrenta diversas dificuldades, dentre estas, as atitudes de educadores que ignoram os princípios norteadores da inclusão, alegando incapacidade e/ou despreparo para trabalhar com crianças que apresentam algum tipo de deficiência. A autora ainda afirma que, atualmente, é consenso nos discursos de muitos professores,

O reconhecimento das diferenças entre os alunos, porém, a dificuldade é tratar pedagogicamente essas diferenças, buscando sentido no que for capaz de contribuir para que as pessoas se reconheçam como suporte nas características que proporcionam distinção e que delas fazem sujeitos singulares (FIGUEIREDO, 2010, p. 13).

Do ponto de vista de Figueiredo a inclusão é um processo que causa mudanças no ambiente escolar que vem para ajudar, soma e mostra que a diversidade faz parte da sala de aula e que dificuldades pode surgir em diferentes contextos sociais e que o sucesso do aluno depende muito de sua força de vontade, e dos profissionais que está acompanhado e do espaço que deve possuir estruturas relevantes, o professor é base para a comunidade escolar e as famílias compreenda o que é a palavra “inclusão”, e que todos façam sua contribuição diante das pessoas que necessitam de uma atenção maior.

O autor acima enfatizando e abordando de forma relevante como a Educação Inclusiva enfrenta dificuldades os primeiros passos para ter um bom desempenho é o professor assumir suas fraquezas e dúvidas buscando a ajudar reconhecendo a necessidade de se capacitar e melhorar seu trabalho.

A propósito de proporcionar e promover a autonomia dentro das instituições desenvolvendo a competência dos membros, incluindo um trabalho que seja coletivo e que vise a construção e geração de conhecimentos em que todos busquem a valorização e tenham uma posição ativa diante dos seus participantes contribuindo para inclusão das pessoas com deficiência ao considerar todos os aspectos presentes no processo de ensino/aprendizagem e assessorar o professor nas questões relacionadas ao currículo e às metodologias.

Por propiciar espaços para a formação docente baseada na busca de conhecimento e interação entre os pares. Estabelecer o trabalho colaborativo onde cada membro da instituição se envolve no processo e tem suas experiências, ideias e opiniões valorizadas, assim como por fortalecer o diálogo com os outros profissionais que atuam junto à criança, mas fora do ambiente escolar.

Atualmente a concepção e a visão diante das pessoas com deficiência vem mudando principalmente nos ambientes escolares e de trabalho, logo, considerando essa perspectiva, é necessário que a escola adquira uma postura inovadora para a inclusão de aluno com necessidades educacionais especiais, em razão de a realidade social e mobilizar-se para conquistar uma educação de qualidade para todos independente de sua condição biológica, étnica, religiosa, gênero e/ou cultural. Assim, é notório expressar que, o respeito pela diversidade educacional possibilita a convivência pacífica de todos no mesmo grupo social.

O que se observa, de fato, é a adoção de novos mecanismos de controle e de discriminação, estando este processo ainda longe de atingir um fim. Nesse sentido, as instituições de assistência à pessoa deficiente passaram a representar a nova ética do entendimento da diferença e das possibilidades de realização das pessoas deficientes.

Mantoan (2015) tece comentários e chega a concluir que a escola necessita se reorganizar, estabelecendo novas práticas de ensino que versem para contemplar as diferenças nas salas de aula, bem como cumprir o que está previsto na legislação, uma vez que o acolhimento desse aluno deficiente não pode ser interpretado como bondade da unidade escolar, mas como um direito resguardado e inalienável. Da mesma forma que a finalidade da prisão não é a de punir fisicamente o condenado, mas, sim, de lhe oferecer as condições de que necessita para se recuperar perante a sociedade, a instituição de amparo à pessoa deficiente em momento algum pretendeu punir o indivíduo deficiente por sua diferença entanto, tal instituição acabou se transformando numa espécie de prisão, onde o deficiente é facilmente identificado como desviante e onde os objetivos maiores, que pressupõem sua recuperação, não são assumidos pela sociedade em geral.

A competitividade faz parte da nossa sociedade, muitos são excluídos por não possuir as habilidades e formação que o mercado de trabalho exigir, e por outros motivos relacionado a aparência física, o grau de escolaridade. As diferenças não são um problema e sim uma solução para lidar com o novo e se adapta a aceitar as pessoas como elas realmente são com suas qualidades, defeitos e costumes que aos poucos nos ajudar a crescer como seres humanos e a aprender com as limitações.

A escola para pode ser inclusiva deve buscar metodologias e se adequar a realidade dos indivíduos que a frequenta, se percebe que as instituições ainda estão longe de ser concretizada, pois os investimentos são muito poucos, vivemos em um sistema capitalista que visa apenas o lucro e a mão de obra barata, quanto mais se produz mais se ganhar dessa forma muitas pessoas são excluídas de ambientes que deveria ser de acolhimento e de oportunidades para elas.

Visto que é mais que justo as escolas proporcionar oportunidades de acesso a pessoas com deficiência conscientizadas os alunos que não deve existir nenhum tipo de preconceito, pois somos iguais e possuímos os mesmos direitos e deveres como cidadãos, por isso, ela não pode isolar-se. Tal processo é complexo e requer mudanças significativas na escola, na prática pedagógica, exigindo, ao mesmo tempo, investimentos consideráveis destinados a transformar a escola num ambiente no qual o aluno com deficiências não se sinta limitado e nem inferiorizado diante dos outros.

A escola tem como missão propor um atendimento que contemple as necessidades do seu público, e que ofereça uma educação de qualidade que desenvolva as diferentes habilidades e competências de seus alunos, cada um com suas particularidades e potencialidades que são únicas e necessárias para a vida em cidadania. Para tanto a escola, deve transformar suas práticas educacionais, organizar uma assistência especializada e dotar-se de recursos capazes de promover atividades que possam desenvolver o potencial dos alunos.

Assim, percebe-se que no processo de construção da escola inclusiva, o professor é o profissional que não pode faltar, visto poderá não somente contribuir para na construção desse processo, como canalizar os esforços necessários seja algo possível e produtivo. Conforme Nóvoa (1992, p.25) a formação deve oportunizar:

Aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em

formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

Na citação de Nóvoa, faz dimensão a formação dos professores que para sua formação precisa investir em si próprio, isso engrandece de forma significativa o currículo deste profissional. O foco no aluno, como a ser participativo no processo inclusivo, deve perpassar não apenas as necessidades do educando, mas as demandas e necessidades de todos os profissionais envolvidos, tais como remuneração, a participação dos pais, no ambiente das escolas e na vida escolar, contribuindo e efetivado nas questões médicas e na vivência afetiva. Geralmente, muitos projetos governamentais desprezam os alunos especiais, ocorrendo uma falha na prática e lacunas em aspectos sociais e na vivência escolar, deveria ser criados programas direcionado atende esses indivíduos de forma que a inclusão seja efetivada.

3.5 Educação Inclusiva-teoria x prática

A educação inclusiva é assegurada e está amparada por resoluções, a teoria prevê que o sistema e espaços físicos seja favorável, suporte aos professores, matérias de qualidade e principalmente qualificação dos profissionais e um atendimento com bastante respeito às diferenças dos envolvidos no processo.

A Declaração de Salamanca (1994) diz que o fator chave para o sucesso de escolas inclusivas é que todos os educadores tenham uma preparação apropriada. Além disso, recomenda que os professores na formação inicial recebam orientação positiva frente à deficiência, que tenham capacidade de avaliar as necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, capacidade de recorrer às tecnologias, individualização de procedimentos pedagógicos e trabalhar em conjunto com especialistas e pais.

Como citado às escolas inclusivas dependem de todos envolvidos, a avaliação precoce das pessoas que possuem alguma deficiência é muito importante para as

instituições que diante do diagnóstico do aluno pode tornar as medidas corretas para atender esses educandos. O diagnóstico muitas vezes é demorado, isso infelizmente dificulta o trabalho dos professores diante do aluno e a família, tem famílias que não querem aceitar a deficiência o processo para a sensibilização acontece de forma lenta que atrasa ainda mais o atendimento.

A adaptação é necessária e para que ocorram os professores devem conhecer as especificidades de cada aluno, e quais os objetivos de cada área métodos pedagógicos e possibilitar-lhes os domínios de conhecimentos e atividades e materiais que atenda os educandos de forma correta.

A participação da família dos alunos com necessidades especiais ajuda no processo de inclusão, pois esses educandos requerem mais cuidados ao longo de todo o desenvolvimento e a adaptação deve ter orientação de diversos especialistas. Segundo Paniagua (2004), a estimulação desde cedo, as atividades de lazer, situações de jogo ou de estudo compartilhado, requer mais tempo de interação, o que acarreta aos pais tempo para adaptarem, reorganizar-se e ajudarem adequadamente os filhos e darem apoio necessário ao professor no processo de aprendizagem do filho.

As famílias devem ter um acompanhamento com o psicólogo para aceitar e acostumar-se com as limitações que seus filhos possam ter e entender que cada indivíduo tem seu tempo de apreender e não precisa fazer pressão ou se desesperar no momento certo as habilidades e os talentos vão aparecendo.

3.6 Dificuldades dos professores e possibilidades de superação

As dificuldades dos professores são enormes dentre elas a própria escola não tem estrutura e nem tentar se adaptar, as matérias são escassas e o acesso a uma sala de informática às vezes só tem computadores quebrados sem utilidade os desafios são muitos e educador tem que lidar com tudo isso e muitas vezes precisa se automotiva busca a superação para atender esses alunos.

Analisando por esse lado, existem poucos espaços que favoreça a inclusão de alunos com necessidades especiais, é necessário que o homem se conscientize e não

alimento mais nenhum sentimento de preconceito que distância de seu próximo. Diante de tudo isso, o professor é fundamental dentro de uma escola pessoas que possui conhecimento e compreende as dificuldades passa a se colocar no lugar do outro e ver como é importante ajudar e a aceitar as diferenças, pois somos seres humanos únicos e insubstituíveis e que temos direito a saúde, segurança, educação, cultura, esporte ao lazer, dentre outros.

Em geral as escolas têm dificuldades para a inclusão, professores reclamam de salas de aula superlotadas e poucos recursos tecnológicos. Marchesi afirma:

Não pode ignorar o conjunto de condições que influem no trabalho do professor. Sua retribuição econômica, suas condições de trabalho, sua valorização social e suas expectativas profissionais são, ao lado da formação permanente, fatores que facilitam ou dificultam sua motivação e sua dedicação (2004, p. 44).

A equipe pedagógica deve oferecer subsídios e propiciar a sua equipe a elaboração do projeto político pedagógico (PPP) com o envolvimento de todos envolvidos e da comunidade em geral mostrando através de reuniões e palestras a realidade da escola e de seus profissionais informar e sensibilizar aos envolvidos práticas de conscientização, sem atitudes preconceituosas e desumana nas ao ambiente que deve ser o mais favorável a inclusão.

Sabe-se que a inclusão deve acontecer de forma integral, a escola como um todo precisa repensar suas práticas, refletindo sobre o desempenho, que diante dos resultados busque novas estratégias e metodologias que ponha em reflexão a ação pedagógica, é possível fazer mudanças que transformar os desafios em aliados em prol de todos os alunos especiais.

A ação para se tiver uma educação inclusiva envolve muito planejamento e também investimentos por parte dos órgãos governamentais que deve ter comprometimento com a população a preparação do ambiente e dos profissionais depende dessa valorização, o professor não pode se sentir sozinho, e sim amparado por todos os envolvidos que faz parte da escola.

4. TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS-METODOLOGIAS DIFERENCIADAS

As escolas no geral, sempre propõem a atender todos os educandos como se fossem todos iguais, proporcionando as mesmas capacidades de aprendizagem. Mas, as instituições têm a necessidade de colocar cada qual em suas devidas condições, a melhor forma de adequarem aos métodos e metodologias de ensino que seja mais eficaz, precisa dar possibilidade e as devidas condições para aconteça a internalização dos conteúdos.

As inseguranças e as dificuldades para ser sanadas necessita da inclusão, a primeira passa é busca meios e metodologias que diferenciam o ensino, direcionado a atender as necessidades e as diversidades dos alunos. No momento de constatar as diferenças de cada um é preciso ser feito um diagnóstico pelo profissional de saúde capacitado, o atendimento às diferenças têm sido as causas mais expressivas das instituições, até mesmo para professores de Educação Especial.

Os meios para assegurar a cada educando o máximo de conhecimento e autodesenvolvimento independem de suas diferenças, os professores devem chegar a uma conclusão bem óbvia em relação à aprendizagem e experiência e as reações diferenciadas dos educandos, até porque todos os indivíduos são intrinsecamente diferentes dos outros.

O autor Libâneo (1994, pág.150), nos dá uma definição sobre o que vem a ser o método: “O conceito mais simples de “método” é o de caminho para atingir um objetivo. (...). Os métodos são, assim, meios adequados para realizar objetivos”, e ainda:

“O professor, ao dirigir e estimular o processo de ensino em função da aprendizagem dos alunos utiliza intencionalmente um conjunto de ações, passos, condições externas e procedimentos, a que chamamos de métodos de ensino”.

De acordo com a citação acima, os professores devem estimular e incentivar seus alunos a fim de promover condições e o favorecimento da aprendizagem os métodos será uma base para direcionar as ferramentas que vão ser úteis, as metodologias diversificadas precisam atender o amplo anseio. E as ações internas e externas, que são dependentes e independentes precisam ser formuladas para poder

atender a uma prática de transformação da aprendizagem para o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

A escola costuma acreditar que o fracasso ou insucesso dos alunos na vida escolar estava ligado a insuficiência dos educandos, e quanto ao sucesso levava em consideração a deficiência dos professores. Os educandos eram vistos como pessoas não aplicadas aos estudos, e ao aluno especial era visto como “incapazes”, e muitas vezes eram excluídos das escolas.

Os alunos especiais em nossa sociedade são vistos como pessoas carentes e diferentes dos demais, em virtudes das aspirações e inaptações diferenciadas, a psicologia social, trazem conceitos que nos levam a compreender as maneiras de ajudar na resolução de dúvidas e conflitos que ocorrem com os educadores.

Os educadores têm que fazer os planejamentos, e tem tempo para desenvolver estratégias para acolhimentos dos seus alunos, principalmente para aqueles que precisam de apoios específicos. Para fornecer condições adequadas de aprendizagem é preciso a compreensão dos alunos, e observar os momentos dentro da sala de aula, fazendo com que as metodologias sejam revistas e reformuladas, com base nos currículos e nas competências que os educadores consideraram dentro do planejamento escolar.

Os planejamentos, metodologias e estratégias variam de acordo com cada estilo do professor, eles têm suas habilidades e buscam ferramentas para facilitar a aprendizagem de cada aluno. Contudo, a flexibilidade na abordagem dos conteúdos, necessita das múltiplas formas de inserir a participação dos indivíduos nas atividades realizadas proporcionando momentos de expressão dos alunos.

Os educadores conscientes que o foco principal é nas competências dos alunos, reconhecer que cada educando pertence ao grupo dependerá das comunicações e interação que seja eficaz entre professor e aluno, com a constante análise de observação durante todo o processo de aprendizagem.

As potencialidades e os saberes de seus educandos, necessita ajustar as práxis para aqueles com Necessidades Educacionais Especiais. Porém, os educadores precisam estar cientes de sua capacidade para que torne o processo. O professor

deve buscar novos conhecimentos, que melhore sua formação, aprendendo novas maneiras de pensar e agir buscando atender as demandas exigidas em sua profissão.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As políticas públicas voltadas para a educação inclusiva são essenciais, e de extrema necessidade cabe a ela proporcionar ferramentas que possibilitem a inclusão de maneira favorável aos alunos e a famílias deles que se sintam acolhidos amparados pela lei em vigor.

Para Souza (2011) as estratégias políticas para promoção das reformas passam pelo discurso do alcance das metas de qualidade, considerando que as discussões no âmbito da educação inclusiva, as características de participação e de democratização de todos apontam para a necessidade de investimento mais intenso na qualidade do ensino, oferecido pelos sistemas federal, estadual e municipal.

O autor acima citado aborda a questão das políticas direcionadas a promoções que as mesmas no âmbito da educação sejam efetivadas o acesso e a participação de forma democrática para todos e uma educação mais humana sendo ofertada por todos os sistemas de ensino.

Segundo as diretrizes básicas traçadas pelo ministério de Educação- MEC, no Brasil, as alternativas utilizadas são: enriquecimento curricular e aceleração, ou as duas combinadas. Tanto uma quanto a outra devem estar de acordo com as características da escola e adequadas à realidade do aluno. (SILVEIRA; NASCIMENTO, 2011, p.133).

As diretrizes básicas trás alternativas que enriquecem o currículo e menciona que os professores devem se adequar a realidades de seus educandos, no contexto cultural e social, buscando a formação dos indivíduos de acordo com a potencialidade de cada um. A escola deve se basear na LDB 9.394/96 e fazer as adaptações para não limitar os alunos com grandes capacidades, para que dessa forma eles possam continuar a desenvolver sua parte intelectual.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 (1996), define educação especial, no artigo 58, como "a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos

portadores de necessidades educacionais especiais", ofertando "quando necessário serviços de apoio especializado na escola regular". Acredita-se que esses serviços - apoio pedagógico complementar ou suplementar - deveriam constituir-se como parte integrante da escola, independentemente da necessidade do aluno.

A LDB, em suas dimensões mostrar o quanto é importante que as pessoas com necessidades especiais sejam inseridas no ensino regular, é um direito de fato a inclusão se faz dessa forma dando oportunidades para o desenvolvimento dos conhecimentos constroem com a participação de todos. Ferreira problematiza tais questões ao nos elucidar que (2005, p.147)

As atitudes excludentes têm suas raízes na história dos Conceitos que definem as práticas da educação especial Dentro de uma tendência médica que nos leva à aproximação do estudo e do tratamento de uma série de incapacitações com um fato decorrente meramente do aspecto orgânico, pouco ou nada visto numa perspectiva social. Os educadores parecem alienados quanto ao que temos desenvolvido com nossos estudos, naturalizam a exclusão que assim passa a nada ter a ver com a organização da sociedade tal como se dá nas relações de produção capitalista, agora com uma orientação política neoliberal.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino, para que se torne efetiva, precisa de redes de apoio que é o complemento do trabalho dos professores. Atualmente, as redes de apoio existentes são compostas pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pelos profissionais da educação especial (intérprete, professor de Braille etc.) da saúde e da família.

As práticas educacionais desenvolvidas nesse período e que promovem a inclusão na escola regular dos alunos com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades, revelam a mudança de paradigma incorporada pelas equipes pedagógicas. Essas ações evidenciam os esforços dos educadores em ensinar a turma toda e representam um conjunto valioso de experiências.

5.1. O impacto da Base Nacional Comum Curricular dentro da educação inclusiva e atendimento educacional especializado

A Base Nacional Comum Curricular certamente é o assunto do momento dentro da educação brasileira e poucos são os trabalhos produzidos a respeito, porém dentro da própria base nacional já há material suficiente para se ter uma ideia de como a educação especial deverá se transformar nos próximos anos.

Em primeiro lugar, a BNCC não trata das questões físicas e estruturais da escola, mas sim das metodologias de ensino, das necessidades educativas para a sociedade pós-contemporânea e das habilidades que o aluno deve obter durante o tempo que passar na educação básica.

Ela também é um direcionamento tanto para professores quanto para universidades sobre como os cursos de licenciatura devem preparar seus planos de disciplinas, adequando a formação do professor ao que se requer dentro da nova Base Nacional Comum Curricular.

E é grande fonte de conteúdo para profissionais que desejam estudá-la e criar metodologias de ensino que se adequem a todas as disciplinas do currículo base, bem como metodologias inclusivas que permitam que pessoas que recebam atendimento especializado dentro da escola sejam inseridas dentro da nova dinâmica da educação. MANTOAN (2003, p. 31) explica que

Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial.

MANTOAN (2003, p. 11) explica que “a inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais”. Neste sentido, a educação inclusiva pretende se adaptar aos seus alunos, enquanto a educação regular adapta os alunos a ela.

Portanto, se essa era a premissa da educação inclusiva em 2003, hoje, em 2019, temos outros objetivos, além da própria inclusão escolar em si, que é a inclusão dos alunos da educação especializada dentro das dez competências da BNCC,

permitindo que os alunos que usam o AEE possam também adquirir as habilidades que lhes cabem dentro de seus limites.

Outro objetivo é dar formação adequada para os professores da educação especializada e inclusiva através de especializações, minicursos, palestras e treinamento sobre as competências da BNCC. A formação adequada do professor visando a estruturação da educação básica ao redor das competências da BNCC permitirão que novas metodologias surjam. MANTOAN (2003, p. 12), porém, alerta que

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são, muitas vezes, a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

Já POKER (2016, p. 22) acredita que “frente aos processos de inclusão escolar, ser professor, hoje, tem sido um desafio cada vez mais vigoroso”. As exigências de novos conhecimentos e práticas que atendam a diversidade de alunos e as demandas institucionais têm requerido tempo, dedicação e oportunidades de formação inicial e, sobretudo, continuada, a serem ofertadas por instituições públicas e privadas, em diferentes modalidades.

É notório que de 2003 a 2016, dados os textos dos dois diferentes autores acima, o foco da educação inclusiva mudou de estrutura escolar e acesso à escola pelos alunos que necessitavam desse tipo de atendimento para a formação do professor, uma vez que a demanda aumentou exponencialmente pelos serviços do profissional de educação especializada, por motivo de as graduações das universidades serem falhas com relação à formação do professor de ensino regular quanto às suas responsabilidades e capacidades de atender a alunos que requerem metodologias menos comuns.

Se em 2016 existia uma grande demanda por este tipo de profissional, é de se esperar que ainda haja alta procura por profissionais que tenham formação em psicopedagogia ou educação inclusiva, e agora, com a BNCC em vigor, todos esses profissionais terão que se atualizar.

Logo precisamos debater: Quais as mudanças que a BNCC traz para a educação inclusiva? Qual o papel do professor de educação especializado dentro das novas normas da BNCC? Quais as metodologias mais adequadas dentro das competências da BNCC? Qual o papel da escola diante de tantas mudanças no currículo escolar?

Todas essas perguntas têm respostas que variam de simples e complicadas a inexistentes, pois a BNCC ainda está sendo estudada por diversas pessoas, e as ideias principais e melhores adequações de seu uso ainda estão sendo desenvolvidas. No entanto, é possível saber o que a BNCC espera da Educação Inclusiva e como se trabalhar nos próximos anos para favorecer o progresso da educação e dos alunos que usam esse serviço.

RICO (2019, p. 2) defende que “a ideia não é planejar uma aula específica sobre essas competências ou transformá-las em componente curricular, mas articular a sua aprendizagem à de outras habilidades relacionadas às áreas do conhecimento”. Portanto, o professor tem o papel de saber organizar e pensar em como introduzir esses conceitos dentro de suas aulas. Enquanto PENIDO (2019, p. 12) diz que

Em síntese, a BNCC aponta que a Educação Básica brasileira deve promover a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos, para que sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária. Isso significa orientar-se por uma concepção de Educação Integral (que não se refere ao tempo de permanência do estudante no espaço escolar ou a uma determinada modalidade de escola).

A educação integral, portanto, é o fator primordial para o funcionamento da BNCC, uma vez que é necessário que o aluno aprenda em todos os sentidos e espaços. Podemos então perceber que a BNCC prega que o professor planeje aulas que tenham como objetivo essencial a formação integral do aluno, de maneira que ele obtenha o conhecimento necessário dentro da disciplina em questão, mas foco na formação do cidadão.

Ou seja, a BNCC pede que nós professores, planejemos nossas aulas tendo como o objetivo a obtenção de conhecimento e habilidades pelo aluno, mas que para

isso usemos ou criemos metodologias que favoreçam o desenvolvimento de suas capacidades de acordo com a BNCC.

A seguir, apresentarei as ideias centrais para trabalhar cada competência dentro dos limites dos alunos da educação especializada, de maneira simples e direta, introduzindo os impactos que a BNCC teve sobre as metodologias de ensino do professor da educação inclusiva e especializada. No capítulo 2 desta dissertação, apresentarei atividades que se encaixam em uma ou mais destas competências que foram feitas por mim com auxílio de colegas dentro de uma sala de aula com alunos que recebem atendimento do AEE.

Para a competência geral Autoconhecimento e Autocuidado o *desenvolvimento emocional* do aluno da educação especializada requer do professor da educação inclusiva o uso de uma metodologia de ensino que permita que o aluno aprenda algo, como a escrever, ler ou até mesmo resolver problemas matemáticos estabelecendo o crescimento emocional do aluno, como escrever frases em que ele (o aluno) valorize suas diferenças em relação a outros alunos e aprenda a conviver com elas e a respeitar as diferenças dos outros.

Esse tipo de atividade permite que o aluno confronte seus próprios pensamentos e cresça como pessoa, podendo então aprender a conviver consigo mesmo e compreender suas limitações e entender que elas não o impedem de aprender e participar da sociedade.

É importante criar atividades de educação física, tendo em mente os limites de cada indivíduo, para que os alunos conheçam os limites de seu corpo e não se sintam inseguros. Essas atividades que movimentam partes do corpo são essenciais não só para se explicar sobre o corpo humano de maneira científica, mas também para que os alunos compreendam que o corpo humano em si, tem suas limitações, e as limitações que cada indivíduo adquire durante sua vida são apenas fatores que o diferenciam de outras pessoas e o torna único.

A BNCC (2018) diz o seguinte sobre esta competência em particular: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas”.

Portanto, é importante que o professor do AEE, ou mesmo os da sala de aula regular, preparem seus alunos para lidarem com as diferenças de cada um de maneira respeitosa e compreensiva, permitindo que eles saibam que as limitações de uma pessoa não as tornam menos capazes que outras e que assim cresçam emocionalmente. RICO (2019, p. 3) vai mais longe e nos dá um guia de o que os alunos podem obter dessa competência:

Autoconsciência: precisam conseguir construir um senso coerente de si mesmo, sendo capaz de compreender a perspectiva dos outros e identificar quando ela é diferente da sua. Autoestima: devem ser aptos a compreender e desenvolver seus pontos fortes e fragilidades de maneira consciente e respeitosa, enfrentando pressões sociais e investindo no seu aprimoramento. Autoconfiança: usar seus conhecimentos, habilidades e atitudes com confiança e coragem, selecionando, utilizando e analisando estratégias para vencer desafios. Equilíbrio emocional: reconhecer emoções e sentimentos, bem como a influência que pessoas e situações exercem sobre eles. Buscar manter-se seguro, tranquilo e otimista em situações emocionalmente intensas. Cuidados com saúde e desenvolvimento físico: cuidar da sua saúde física, bem-estar, afetividade, sexualidade e evitar exposição a riscos. Reconhecer, acolher e lidar com mudanças relativas à sua faixa etária e aos fatores que afetam seu crescimento pessoal, físico, social, emocional e intelectual. Atenção plena e capacidade de reflexão: manter atenção diante de estímulos que distraem ou competem por sua atenção. Descrever e avaliar sua forma de pensar, integrando a prática reflexiva ao seu cotidiano.

Portanto, há todo um processo que o professor, incluindo o professor de educação especializada, deve acompanhar para que o aluno seja formado integralmente dentro dessa competência em particular. Na competência Conhecimento o professor pode se questionar se já não é isso que ele faz durante suas aulas dentro da sala de AEE e na sala de aula regular, porém a BNCC incentiva algumas mudanças que buscam formar o estudante de maneira completa.

A BNCC (2018) diz o seguinte a respeito da competência acima: “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. O texto em si já confirma a importância do conhecimento na vida do cidadão.

Ou seja, a BNCC, além do conhecimento das matérias específicas, também indica que o professor deve se preocupar com o ensino do uso dos meios digitais disponíveis em nossa sociedade. Para a Educação Inclusiva, esse é um grande salto, uma vez que o professor já utiliza o notebook para realizar atividades de concentração e aprendizado com os alunos do AEE, mas que agora deverão também apresentar a realidade da internet e do mundo digital, para que os alunos possam tomar decisões corretas com relação aos perigos que este meio introduz a vida, mas que também saibam usar a internet e os meios de comunicação em seu próprio benefício e em benefício da educação. FURLAN (2014, p. 14) explica que

As técnicas que utilizam jogos brincadeiras, brinquedos e pequenas peças teatrais auxiliam nessa evolução e percebe-se que esses métodos auxiliam na evolução e no desenvolvimento da criança despertando a sua curiosidade e imaginação propondo assim a invenção de um mundo do tamanho da sua compreensão, portanto uma atividade natural e necessária, que constrói o próprio mundo da criança.

É importante, agora, que o professor associe essas atividades ao mundo digital, introduzindo o uso principalmente do smartphone, já que este é o objeto tecnológico mais comum atualmente. Para isso, é importante o uso de aplicativos que auxiliem o professor nas aulas de educação inclusiva e na sala de AEE. Para RICO (2019, p. 3)

A competência conhecimento é resumidamente a proposta de um aluno ativo, que consegue não apenas compreender e reconhecer a importância do que foi aprendido, mas, principalmente, refletir sobre como ocorre a construção do conhecimento, conquistando autonomia para estudar e aprender em diversos contextos, inclusive fora da escola.

Assim essa competência exige certas adaptações do professor para planejar e executar suas aulas, RICO (2019, p. 2) explica que

Busca de informação: devem se tornar capazes de avaliar a pertinência e confiabilidade de fontes diversas e acessar informações para resolver problemas, compreendendo conceitos como o direito de propriedade intelectual e o direito à privacidade para fazer um uso ético do que for coletado. Aplicação do conhecimento: espera-se que os alunos consigam fazer conexões, atribuir significado e organizar os conhecimentos adquiridos. Para isso, eles devem construir e incorporar estratégias para reter as informações obtidas e ser capaz de utilizar o conhecimento para solucionar problemas diversos, com grau de complexidade de acordo com a faixa etária

e o segmento de ensino. Aprendizagem ao longo da vida: demonstrar motivação e conquistar autonomia para aprender. Colaborar com a aprendizagem dos colegas, reconhecer a importância do conhecimento adquirido e utilizá-lo para tomar decisões na vida cotidiana. Metacognição: dominar o processo cognitivo, ou seja, refletir sobre o que, como e por que aprender e utilizar estratégias diversas para dar conta da própria aprendizagem. Com isso, ser capaz de entender e avaliar o conhecimento construído. Contextualização sociocultural do conhecimento: compartilhar informações e construir coletivamente o conhecimento. Compreender e respeitar o contexto sociocultural em que os saberes são constituídos.

Nas competências de repertório cultural, comunicação e cultura digital, os estudantes da educação especializada podem aprender muito em seus atendimentos nas salas de AEE, visto que essas três competências são facilmente trabalhadas pelos profissionais delas.

RICO (2019, p.3) explica que o repertório cultural “Estabelece como fundamental que os alunos conheçam, compreendam e reconheçam a importância das mais diversas manifestações artísticas e culturais. E acrescenta que eles devem ser participativos, sendo capazes de se expressar e atuar por meio das artes”. Esse, na verdade, é um dos principais fundamentos da educação inclusiva: a participação e o respeito pelas diferenças.

No campo da comunicação RICO (2019, p. 4) “aponta que, para se comunicar bem, crianças e jovens necessitam entender, analisar criticamente e saber se expressar utilizando uma variedade de linguagens e plataformas. Enfatiza a importância de que a comunicação ocorra por meio da escuta e do diálogo”. No caso da comunicação, o atendimento especializado trabalha de maneira diferente da sala de aula regular, dando aos alunos tempo para conhecer e aceitar suas limitações e trabalhando com atividades que favoreçam suas especificidades. RICO (2019, p. 4) diz que

A competência abrange a capacidade de escuta e diálogo para promover entendimento mútuo. Por isso necessita estar em Ciências Humanas também. Ao abordar os grandes conflitos históricos, por exemplo, o professor pode debater com os estudantes o quanto esses fatos estão relacionados com problemas de comunicação, da incapacidade de interagir e compreender o outro.

Sendo assim, é importante que o professor da sala de AEE, agora, também se preocupe em ensinar alguns conteúdos para os alunos, além de melhorar suas habilidades comuns, pois isso influenciará diretamente na competência do repertório cultural e nas habilidades do aluno. RICO (2019, p. 5) também fala sobre a cultura digital em que

Ela reconhece o papel fundamental da tecnologia e estabelece que o estudante deve dominar o universo digital, sendo capaz, portanto, de fazer um uso qualificado e ético das diversas ferramentas existentes e de compreender o pensamento computacional e os impactos da tecnologia na vida das pessoas e da sociedade.

A cultura digital é algo forte e bem atual, bem como necessário para a vida na sociedade contemporânea, e na escola não é diferente, principalmente para alunos que recebem atendimento especializado, uma vez que o mundo digital os pode proporcionar a comunicação e interação com pessoas das quais eles tenham mais identidade no dia a dia.

Sobre Trabalho e Projeto de Vida, RICO (2019, p. 5) esclarece que

Compreende a capacidade de gerir a própria vida. Os estudantes devem conseguir refletir sobre seus desejos e objetivos, aprendendo a se organizar, estabelecer metas, planejar e perseguir com determinação, esforço, autoconfiança e persistência seus projetos presentes e futuros. Inclui a compreensão do mundo do trabalho e seus impactos na sociedade, bem como das novas tendências e profissões.

Sendo assim, é importante que os professores das salas de AEE expliquem aos seus alunos que é importante pensar e planejar o futuro, bem como visualizar um futuro em que ele possa desenvolver suas habilidades e conviver com suas limitações e compreender as limitações do próximo.

A competência de argumentação talvez seja a mais difícil para o professor de AEE trabalhar, já que essa competência também depende das capacidades de leitura e interpretação do aluno e desenvolvida ao longo da vida, sendo impossível se tornar bom em argumentação com apenas algumas aulas na sala de AEE. Neste contexto, RICO (2019, p. 6) explica que

Aqui o destaque é para a capacidade de construir argumentos, conclusões ou opiniões de maneira qualificada e de debater com respeito às colocações dos outros. Ela inclui a consciência e a valorização da ética, dos direitos humanos e da sustentabilidade social e ambiental como referências essenciais no aprendizado dessa competência para orientar o posicionamento dos estudantes.

Nas competências de empatia e cooperação e responsabilidade e cidadania RICO (2019, p. 7) alerta que:

Aborda o desenvolvimento social da criança e do jovem, propondo posturas e atitudes que devem ter em relação ao outro. Fala da necessidade de compreender, de ser solidário, de dialogar e de colaborar com todos, respeitando a diversidade social, econômica, política e cultural.

“Elas estabelecem a necessidade de desenvolver na criança e no jovem a consciência de que eles podem ser agentes transformadores na construção de uma sociedade mais democrática, justa, solidária e sustentável” RICO (2019, p. 7). Portanto, dá ênfase ao lado humano do aluno, bem como sua capacidade de aprender e conviver em sociedade.

Neste sentido, é importante destacar também o papel da escola que precisa se adaptar às novas mudanças na educação e não se atrasar em elaborar PPP's que adequem a essas mudanças, assim PENIDO (2019, p. 2) explica que

No documento, o foco das escolas passa a ser não apenas a transmissão de conteúdos, mas o desenvolvimento de competências, compreendidas como a soma de conhecimentos (saberes), habilidades (capacidade de aplicar esses saberes na vida cotidiana), atitudes (força interna necessária para utilização desses conhecimentos e habilidades) e valores (aptidão para utilizar esses conhecimentos e habilidades com base em valores universais, como direitos humanos, ética, justiça social e consciência ambiental).

Portanto, é importante que o professor também saiba orientar suas escolas na direção correta da implementação da BNCC em sua instituição, de maneira que seja possível trabalhar as competências com todos os alunos.

A educação especial passou por diversas mudanças em sua abordagem e organização dentro das escolas nas últimas décadas e com a Base Nacional Comum Curricular não é diferente. A BNCC traz uma mudança não de atuação ou de presença nas escolas, mas sim no âmbito do trabalho do professor dentro das competências

que a base introduziu em seu texto. Trabalhar essas dez competências agora é, também, papel do professor de educação inclusiva e dos professores das salas de Atendimento Especializado Educacional. MERCADO e FUMES (2018, p. 8) explicam que

Esse novo currículo comum de base nacional deve enfatizar o reconhecimento da diversidade humana presente no sistema de ensino brasileiro e uma abordagem curricular inclusiva, voltada ao atendimento de estudantes com deficiências, TGD e altas habilidades/superdotação. Nesse sentido, nas duas versões da BNCC há uma preocupação que esses estudantes estejam contemplados, em respeito ao que está estabelecido no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e nas convenções internacionais nas quais o Brasil é signatário. A garantia do acesso à escola regular é uma premissa básica do sistema educacional brasileiro, crianças, jovens e adultos com deficiência devem estar matriculados na sala de aula comum tendo acesso ao currículo escolar e no contra turno receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme prevê a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/1996.

Neste contexto, é possível perceber que a educação inclusiva só tem a ganhar, agora que a diversidade passa a ser reconhecida como necessária para uma educação integral, finalmente os alunos que por muito tempo ficaram à sombra do sistema de ensino tenham oportunidades de desenvolverem seus potenciais.

MEC (2016, p. 36) ressalta que

A Educação Especial na perspectiva inclusiva contempla a identificação e a eliminação das barreiras, principalmente as de acesso aos conhecimentos, deslocando o foco da condição de deficiência de estudantes para a organização e a promoção da acessibilidade aos ambientes escolares (arquitetônica) e à comunicação (oral, escrita, sinalizada, digital), em todos os níveis, etapas e modalidades, visando a autonomia e a independência dos educandos. A educação especial integra a educação regular, devendo ser prevista no Projeto Político Pedagógico para a garantia da oferta do AEE aos educandos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação [...].

Essas barreiras, as quais o MEC se refere, são barreiras impostas pela sociedade que ainda não se acostumou que o papel da pessoa com deficiência mudou

e que a educação evoluiu a ponto de dar oportunidades a essas pessoas, e garantir que as escolas e a sociedade tenham espaço de apoio e atuação para eles.

MERCADO e FUMES (2018, p. 8) debatem sobre essa temática ao dizer que

A BNCC contempla, ao longo do texto, a identificação e a eliminação das barreiras como medida de garantir às pessoas com deficiências, TGD e altas habilidades/superdotação o acesso aos conhecimentos. Nesse sentido, o foco da condição de deficiência do estudante é deslocado para a organização e a acessibilidade aos ambientes escolares e à comunicação, visando sua autonomia. Esta visão é guiada pela conceituação de pessoa com deficiência presente na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), ao deslocar o foco da deficiência da pessoa para o ambiente, assumindo que a visão de deficiência é construída em meio a limites sociais e não individuais. Destaca também que, a escola deve identificar e eliminar as barreiras arquitetônicas e na comunicação que possam obstruir a participação plena e efetiva desses estudantes, em igualdade de condições com os demais.

Nessa perspectiva de transformar os meios sociais no foco da deficiência e não a pessoa deficiente, a escola tem como objetivo permitir ao aluno que tenha atendimento adequado, mas que também possa se socializar com os alunos da sala de aula sem que suas limitações sejam uma barreira imposta pela própria escola.

MERCADO e FUMES (2018, p. 8) explicam que

Em vias de fortalecer a política do MEC, a BNCC tem a pretensão de assegurar um atendimento adequado aos estudantes público-alvo da Educação Especial, independente da faixa geracional, por meio exclusivo da oferta do AEE nas SRM. Entretanto, defendemos que não se faz inclusão apenas com a implantação de SRM e reformas emergenciais bancadas com recursos do Programa Escola Acessível.

A inclusão plena, que é pregada pela BNCC, ainda é algo distante, uma vez que para que isso acontecesse sala de AEE e sala de aula regular precisariam ser uma só e atuar em conjunto entre alunos atendidos e não atendidos, com metodologias que fossem multidisciplinares e interpessoais.

Mercado e Fumes (2018, p. 10) explicam que “o AEE passa a ser considerado como a única ação voltada à garantia de um sistema educacional inclusivo. A concepção de inclusão restringe a Educação Especial ao AEE, desconsiderando os diversos serviços que podem compor as Redes de Apoio à Inclusão Escolar”. Há,

porém, um problema grave nessa abordagem, em que o professor da sala de AEE passa a ter um papel acima de suas atribuições, uma vez que precisará orientar outros profissionais que trabalhem na sala de AEE, bem como ter a responsabilidade legal pelas ações realizadas com os estudantes, extrapolando totalmente o âmbito pedagógico do professor. MERCADO e FUMES (2018, p. 10) continuam a explicar que:

A consequência dessa restrição está tanto no ato de desconsiderar as diferentes necessidades educacionais dos estudantes atendidos pela Educação Especial, quanto na formação e atuação de um professor “multiespecializado” capacitado para a provisão de ensino de estratégias e uso dos recursos e materiais pedagógicos e de acessibilidades disponibilizados nas SRM.

Essa problemática, certamente será tema de diversos trabalhos nesta área uma vez que a base for totalmente implementada, pois, o papel do professor da sala de AEE mudou drasticamente, não em sua forma de ensino, mas nas suas responsabilidades e principalmente no trabalho coletivo. MERCADO e FUMES (2018, p. 10), se utilizando de outros autores, explicam que:

Este modelo rompe com a proposta de Educação Especial disposta na literatura científica da área (CAPELLINI; MENDES, 2007) ao desconsiderar a importância do trabalho coletivo entre o professor da sala de aula comum e o professor da Educação Especial. Ambos, visam superar a clássica dicotomia entre ensino comum e ensino especializado, ao propagar a visão que este estudante é da escola e não de um profissional específico, devendo ter suas especificidades contempladas no planejamento, currículo e avaliação da escola.

Neste sentido, só resta-nos esperar os resultados e as adaptações que serão, certamente, feitas, para que a sala de AEE contemple tudo o que BNCC espere dela e do professor, e que os alunos, estes os principais influenciados, possam progredir em seu desenvolvimento dentro da educação inclusiva.

6. MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa consiste em identificar as dificuldades encontradas pelos professores regulares de sala de aula no processo de ensino e aprendizagem do público-alvo da Educação Especial, direcionando este estudo ao trabalho desenvolvido por um grupo de professores que ministram aulas para alunos inclusos na escola Estadual José Joaquim em Coronel Ezequiel-RN.

Esse trabalho foi realizado com professores regulares que são professores de disciplinas específicas por exemplo matemática, língua portuguesa, língua inglesa, Biologia, história, geografia entre outras. A metodologia utilizada consiste no desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa. Segundo GIL (2009)

A pesquisa qualitativa é um método investigativo que busca compreender a complexidade e a profundidade das experiências humanas por meio da coleta e análise de dados não numéricos. Ela se concentra em explorar significados, perspectivas e contextos, permitindo uma visão aprofundada dos fenômenos sociais. Ao invés de quantificar dados, a pesquisa qualitativa busca capturar nuances, insights e padrões emergentes, proporcionando uma compreensão rica e contextualizada dos aspectos estudados.

Este estudo tem como delimitação dedicou-se a aprofundar a questão norteadora da pesquisa que são as dificuldades enfrentadas pelos professores da sala regular frente ao ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial da Escola Estadual Jose Joaquim da cidade de Coronel Ezequiel-RN, a pesquisa faz com que possamos compreender as dificuldades e barreiras que contribui para essa situação. A referida pesquisa vem para contribuir e mostrar estratégias e metodologias que possam facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial. O universo de pesquisa é um espaço geográfico a escola que oferece serviços educacionais, a população escolhida para o estudo foram os professores regular e os alunos de Educação Especial.

A natureza da pesquisa é básica consiste em trabalhos e pesquisas que buscam, principalmente, responder perguntas para ampliar o conhecimento que temos do universo e objeto de pesquisa do nosso trabalho. Nessa pesquisa exploratória se buscou conhecer de forma mais aprofundada sobre os desafios e dificuldades dos professores regulares no processo de ensino e aprendizagem com alunos com necessidades especiais, e foi utilizado a pesquisa como forma de compreender os desafios e possibilidades que podem provocar as dificuldades dos professores

regulares. Os procedimentos da pesquisa foram técnicos, posteriormente foi realizada uma pesquisa de campo com professores do ensino regular através da aplicação de um questionário pelo aplicativo do google form, com um questionário estruturado como forma de comprovar os resultados da pesquisa.

Uma pesquisa científica caracteriza-se por envolver a apropriação de um novo conhecimento, favorecendo um entendimento que já existe, isso faz com que os elementos da pesquisa sejam eficientes. Todas as pesquisas científicas têm como principal objetivo ser uma investigação muito disciplinada. Esta investigação é baseada em regras específicas acerca dos procedimentos para adquirir as informações necessárias.

6.1. Quanto à Abordagem

A pesquisa se enquadra como qualitativa e é uma abordagem de pesquisa que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano.

Segundo Denzin e Lincoln (2006),

A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

A abordagem da pesquisa qualitativa foi fundamental para aprofundar minha compreensão sobre os anseios e perspectivas dos meus colegas em relação à inclusão escolar. Ao optar por essa metodologia, fui capaz de ir além dos dados numéricos e das estatísticas, adentrando nas complexidades e nuances das experiências individuais e coletivas.

Ao analisar os dados coletados, percebemos de maneira mais clara a complexidade do cenário educacional quando se trata de professores que não possuem a formação adequada para lidar com estudantes com deficiência. Os relatos dos participantes da pesquisa revelaram a frustração e a insegurança que eles frequentemente enfrentam ao tentar oferecer um ambiente inclusivo sem as ferramentas pedagógicas apropriadas. As metodologias incorretas utilizadas por

alguns professores foram um ponto de destaque. Através das respostas dos entrevistados, podemos compreender os desafios específicos que esses docentes enfrentam ao tentar implementar abordagens de ensino inclusivas sem o treinamento adequado, apesar das boas intenções, a falta de conhecimento pode levar a práticas pedagógicas que não atendem adequadamente às necessidades dos estudantes com deficiência.

Essa jornada de pesquisa qualitativa permitiu enxergar a inclusão escolar sob um viés abrangente e humanizada. Ao invés de apenas números e estatísticas, foram capturadas as experiências reais, os desafios emocionais e as perspectivas autênticas dos indivíduos envolvidos. Essa abordagem não apenas enriqueceu o meu próprio entendimento, mas também contribuiu para um diálogo mais informado e empático sobre como melhorar a formação de professores e promover uma inclusão genuína e eficaz no ambiente educacional.

6.2. Quanto à natureza

A pesquisa é de natureza básica destinada a buscar aumentar o conhecimento sobre determinado assunto, tendo como finalidade gerar novos conhecimentos sobre o assunto investigado, respondendo perguntas que favoreçam melhor entendimento sobre o tema proposto. A pesquisa também é bibliográfica e se baseia no conhecimento e na fundamentação teórica e nas citações de outros autores para melhor compreensão da minha realidade de ensino. O levantamento feito com a pesquisa bibliográfica, enriquecer o trabalho tendo um embasamento teórico mais amplo com informações relevantes.

6.4. Quanto aos procedimentos

É uma pesquisa bibliográfica e de campo é caracterizada por coleta de dados junto às pessoas, somadas com as pesquisas bibliográficas.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Segundo Gonsalves (2001, p.67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

A pesquisa de campo proporcionar melhor contato com o meio de investigação, conhecendo assim o ambiente e os participantes da pesquisa.

6.5. Local da Pesquisa

A pesquisa foi conduzida na Escola Estadual José Joaquim, localizada na área urbana da cidade de Coronel Ezequiel. A história da escola remonta ao ano de 1997, quando foi fundada para atender a uma crescente demanda de estudantes que ansiavam por cursar o ensino médio dentro da própria cidade. Antes da sua criação, os estudantes da região eram obrigados a se deslocar até a cidade de Santa Cruz para prosseguirem com os seus estudos nessa etapa educacional. A fundação da Escola Estadual José Joaquim não apenas encurtou a distância física para a educação, mas também trouxe consigo a esperança de proporcionar oportunidades educacionais mais acessíveis e convenientes para os jovens da comunidade.



Fonte: Acervo da autora (2023)

Ao longo dos anos, a escola tem se esforçado para cumprir sua missão de oferecer um ensino de qualidade aos seus alunos. Essa dedicação reflete não apenas na disponibilidade de professores em todas as disciplinas necessárias para uma educação abrangente, mas também na sua busca incessante por melhorias e inclusão. Um destaque notável é a estrutura totalmente acessível que a escola oferece aos estudantes com deficiência, demonstrando um compromisso com a igualdade de oportunidades e uma abordagem inclusiva na educação.

No entanto, as recentes avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) evidenciam desafios a serem enfrentados. Conforme os resultados da pesquisa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2021, o IDEB da escola para o ensino fundamental, anos finais, foi de 2,5, e para o ensino médio, foi de 2,6. Esses números sugerem que há espaço para melhorias no desempenho educacional da escola, possivelmente apontando para oportunidades de desenvolvimento contínuo do corpo docente, abordagens pedagógicas e recursos didáticos.

Apesar dos desafios, a Escola Estadual José Joaquim permanece como um ponto crucial de acesso à educação de qualidade para a comunidade de Coronel Ezequiel. Sua trajetória desde a sua fundação até a atualidade ilustra o valor de uma instituição educacional que se esforça para atender às necessidades locais, promover a inclusão e contribuir para o crescimento intelectual e pessoal dos seus estudantes.

Nela foi aplicada um questionário de pesquisa para os professores regulares do ensino médio que tem alunos público-alvo da Educação Especial. A escolha da escola citada, foi motivada pelo fato de a pesquisadora já ter experiência ao longo de 02 anos de ensino como professora de Educação Especial na turma 8º ano do Ensino Fundamental I e 2º ano do ensino médio.

As características dos professores regulares pesquisados é que todos ministram aulas para alunos público-alvo da Educação Especial, daí o fato de a escolha da amostra ser considerada representativa diante do universo que pertence.

6.6. Participantes da pesquisa

O presente estudo buscou investigar junto ao corpo docente da escola estadual Jose Joaquim, num total de 17 professores só quem responderam foram 13 professores, o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial. Para uma melhor análise dos dados optou-se por investigar somente junto aos professores que atuam, neste ano letivo de 2023, com alunos especiais, assim perfazendo um total de 13 participantes, configurando a amostra desta pesquisa. Essa abordagem permitiu uma visão abrangente das perspectivas e experiências dos professores que estão diretamente envolvidos no ensino no âmbito da escola.

A diversidade dos participantes é notável, já que abrange diversas áreas do conhecimento, refletindo a variedade de disciplinas ministradas na escola. Os 13 professores abordados na pesquisa são especializados em diferentes componentes curriculares que variam desde as ciências exatas, como matemática, física e química, até as disciplinas humanísticas como artes, educação física, língua portuguesa,

filosofia, biologia, sociologia, geografia, história, e línguas estrangeiras como inglês e espanhol.

Essa abrangência reflete a abordagem multidisciplinar e abrangente que a escola oferece em seu currículo, visando proporcionar uma educação completa e diversificada aos seus alunos. O turno vespertino, no qual ocorre o ensino médio, foi o período escolhido para a realização da pesquisa, permitindo que os professores expressassem suas percepções e experiências em relação ao ambiente educacional e aos desafios específicos enfrentados durante essa parte do dia. Isso também sugere que os professores participantes são aqueles que lidam diretamente com os estudantes no ensino médio, oferecendo uma visão focalizada sobre essa etapa crucial da educação.

Ao incluir um número considerável de professores em diferentes disciplinas, o estudo busca capturar uma ampla gama de perspectivas, abordando as complexidades inerentes a cada matéria e explorando os pontos em comum que podem surgir em relação aos desafios educacionais. A contribuição desses 13 professores proporciona um panorama mais completo das dinâmicas de ensino na Escola Estadual José Joaquim, permitindo uma análise mais informada e uma compreensão mais profunda das práticas educacionais e das percepções dos docentes a respeito do processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

6.7. Instrumentos da Pesquisa

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário estruturado a partir de perguntas abertas e fechadas, aplicado aos professores por meio do aplicativo do google, o google forms a respeito das dificuldades encontradas pelos professores regulares diante do processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial. O questionário ficou aberto no dia 29 de maio até o dia 16 de junho de 2023, com intuito de ter mais respostas dos participantes.

6.8. Coleta de Dados

Após uma vasta leitura e reflexão sobre as ferramentas bibliográficas na área, no mês de maio de 2023, foram inscritas e selecionadas 04 perguntas para o Questionário Sociodemográfico e 10 perguntas abertas e fechadas para o Questionário Temático para servir de análise na pesquisa, que foi feita de forma qualitativa, procurando observar e compreender as respostas escritas como forma de entender melhor a problemática.

Inicialmente foi entregue a diretora da escola a carta de apresentação para realizar a aplicação do questionário de pesquisa, depois de toda formalização foi enviado um link pelo WhatsApp de cada professor regular para responder algumas perguntas que foi utilizada o aplicativo “Google Forms”, as perguntas foram no formato estruturada no total 13 professores responderam ao questionário.

7. RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO DE DADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos através da aplicação de questionário estruturado baseado em questões objetivas e subjetivas advindas das perguntas sociodemográfico e específico. Para melhor organizar a análise dos resultados da pesquisa foram elaborados gráficos e tabelas, dentro das perguntas sobre o perfil dos professores e sobre as questões de inclusão no espaço escolar. Os dados da pesquisa foram utilizados para criar 10 gráficos, os quais representam o percentual de respostas dadas as 10 perguntas formuladas no questionário de pesquisa (Apêndice 1).

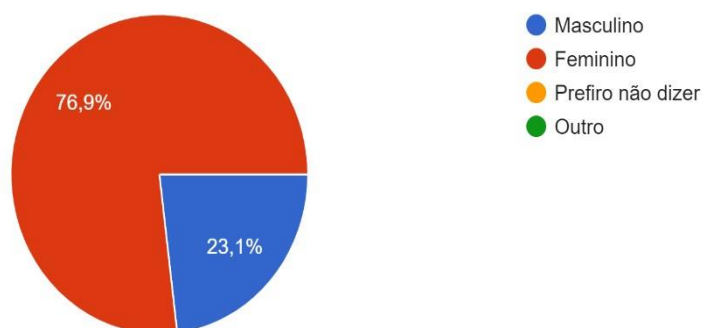
Por meio da demonstração dos gráficos poderemos ter uma visão melhor das opiniões dos professores, o que facilita o melhor entendimento diante das respostas investigadas.

PARTE I – Questionário Sociodemográfico

A primeira pergunta do questionário sociodemográfico buscou investigar o gênero dos participantes da pesquisa e, diante das respostas observou-se os gêneros dos professores entrevistados, obtiveram-se os seguintes resultados:

1. Quanto ao gênero, como você se identifica?

13 respostas



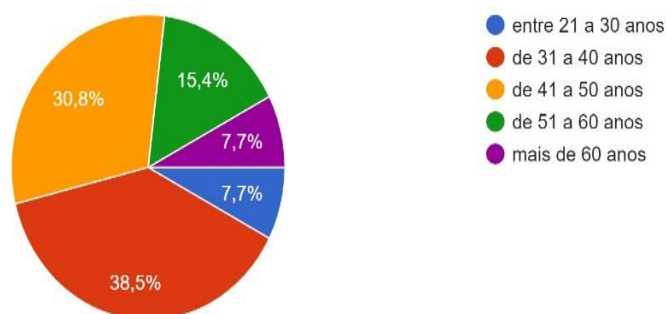
Diante dos resultados obtidos nesta questão, observa-se que a maioria dos participantes da pesquisa, 76,9% afirmaram pertence ao gênero feminino enquanto 23,1% afirmaram pertencer ao gênero masculino de acordo com esses dados podemos perceber como as mulheres vem aumentando cada vez mais no mercado de trabalho. Como sinalizam Melo e Thomé (2018):

Apesar dos avanços, a estrutura do mercado de trabalho ainda é extremamente sensível ao papel tradicional feminino, e as trabalhadoras estão concentradas naquelas atividades relacionadas a essas tarefas: cuidadora das crianças, velhos e doentes. A concentração da mão de obra feminina está nos setores de educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos, alojamento e alimentação, atividades que dizem respeito à reprodução da vida. Enquanto isso, os homens estão alocados nos setores agropecuário, industrial e na construção civil, diretamente relacionados à produção dos bens materiais. (MELO e THOMÉ, 2018, p. 106).

Na verdade, sempre houve uma prevalência da mulher no magistério, por motivos que remontam as criações das instituições de ensino, e esse fenômeno prevalece até os dias atuais, inclusive na escola lócus de nossa pesquisa.

2. Qual é a sua faixa etária?

13 respostas

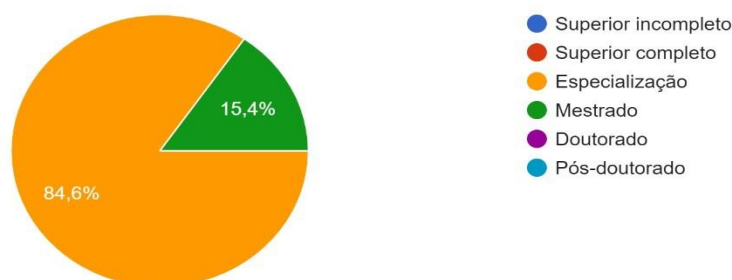


O segundo gráfico apresenta uma distribuição etária interessante entre os professores. Notavelmente, a maior porcentagem, representando 38,5% dos docentes, está na faixa etária de 31 a 40 anos. Logo em seguida, temos outro grupo significativo, abrangendo 30,8% do total, que se encontra na faixa etária de 41 a 50 anos. Além disso, cerca de 15,4% dos professores têm idades entre 51 e 60 anos, contribuindo para uma presença diversificada de experiência. Os dados ainda revelam que 7,7% dos docentes ultrapassaram os 60 anos, enquanto o mesmo percentual de 7,7% pertence à faixa etária de 21 a 30 anos, mostrando uma distribuição relativamente homogênea em relação aos profissionais jovens e mais

Velhos. Os profissionais com 41 a 50 anos tem como importância confere a experiência diversidade ao grupo docente.

3. Qual é o seu maior grau de instrução?

13 respostas

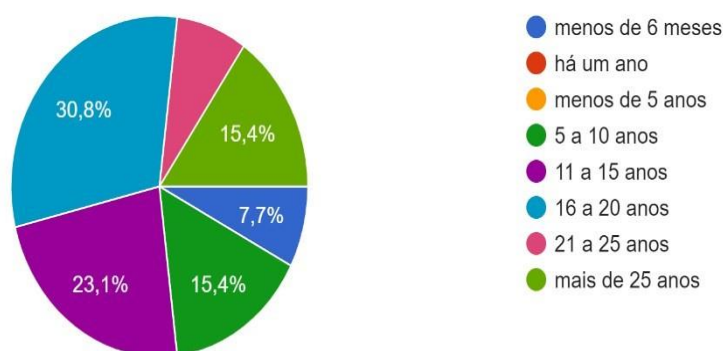


Analisando o gráfico 3, é evidente que a maioria dos professores participantes da pesquisa possuem especializações nas suas respectivas áreas de formação. No entanto, destaca-se que apenas uma parcela de 15,4% detém grau de mestrado, constituindo claramente uma minoria nesse aspecto.

A formação continuada é de grande importância na vida acadêmica dos professores uma boa qualificação atendendo a demanda da educação atual e atendendo ao Plano Nacional de Educação.

4. Há quantos anos trabalha na escola?

13 respostas



A visualização do gráfico 4 oferece uma imagem interessante sobre a experiência profissional dos professores que participaram da pesquisa. Constatamos que uma parcela substancial de 30,8% dos entrevistados acumulou entre 16 e 20 anos de dedicação à escola, refletindo uma base sólida de experiência e compromisso com a instituição ao longo do tempo.

Além disso, observamos que 23,1% dos docentes possuem um histórico de serviço que se estende de 21 a 25 anos, o que demonstra uma trajetória significativa e uma contribuição contínua para o ambiente educacional da escola.

Outro dado relevante é o grupo de 15,4% que possui entre 5 e 10 anos de trabalho na escola. Esse segmento traz uma mistura de veteranos com um conhecimento estabelecido da escola, bem como profissionais relativamente mais novos, que já começaram a contribuir para a comunidade educacional.

Curiosamente, uma proporção idêntica de 15,4% acumulou mais de 25 anos de serviço na escola. Esse grupo ilustra um comprometimento notável com a instituição,

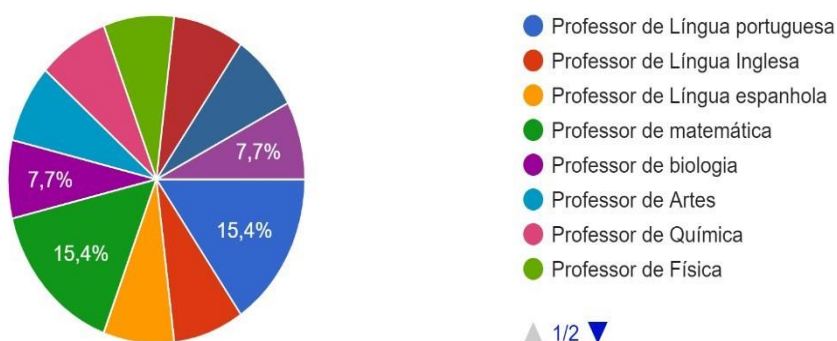
representando aqueles que vivenciaram várias mudanças e evoluções no cenário educacional ao longo das décadas.

Por fim, um detalhe intrigante é o fato de que 7,7% dos entrevistados têm menos de 6 meses de trabalho na escola. Embora pequeno, esse grupo sugere uma entrada contínua de novos talentos, contribuindo para a renovação e revitalização constante do corpo docente.

O gráfico 4, portanto, pinta um retrato multifacetado da experiência dos professores na escola. Ele abrange uma ampla gama de trajetórias profissionais, refletindo tanto a estabilidade quanto a dinâmica que permeia o ambiente educacional. Essa diversidade de históricos de trabalho agrega uma riqueza de perspectivas à equipe educacional e contribui para a continuidade e crescimento do ensino na Escola Estadual José Joaquim.

5. Qual função exerce na escola?

13 respostas



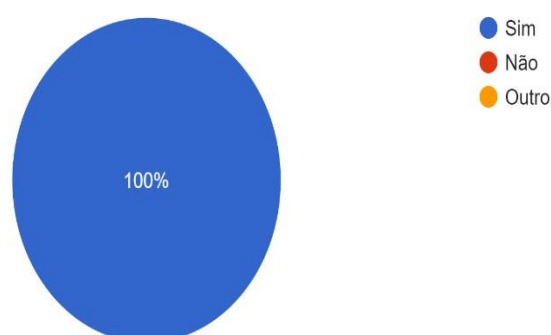
Diante dos resultados obtidos nesta questão, podemos perceber que na escola José Joaquim tem todos os professores de disciplinas não tem nenhuma disciplina que falte professor, temos 15,4% de professores de matemática, outros 15,4% de professor de língua portuguesa e 7,7% de biologia e 7,7% da área de Química e o restante que dizer que tem 1 para cada área. Podemos perceber diante desse gráfico que componente curricular de português e matemática possuem maior carga horária conforme verificado na grade curricular da escola, por isso tem maior representativo de no estudo.

Parte II - Questionário Específico

Nesta seção apresentaremos os dados da parte acadêmica do questionário realizado nesta pesquisa, onde discutiremos as respostas dos participantes de forma a corroborar nosso trabalho.

1- Você mudou a forma de ministrar suas aulas, após passar a trabalhar com alunos público-alvo da Educação Especial?

13 respostas



A análise da questão relativa à adaptação da metodologia de ensino ao começar a ministrar aulas para alunos com deficiência dentro do contexto da sala de aula regular revelou um dado notável: todos os participantes, sem exceção, afirmaram ter modificado sua abordagem pedagógica. Essa resposta unânime ressalta a sensibilidade e a conscientização dos professores em relação à importância de se adequar às necessidades e capacidades variadas dos alunos com deficiência, a fim de promover uma experiência educacional mais inclusiva e enriquecedora para todos.

O fato de que cada um dos entrevistados optou por ajustar sua metodologia de ensino demonstra um claro compromisso com a diversidade e a igualdade de oportunidades. Isso sugere que os professores reconhecem a necessidade de uma abordagem diferenciada que leve em consideração os diversos estilos de aprendizado, as habilidades e as barreiras específicas que os alunos com deficiência podem enfrentar.

[...] a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua

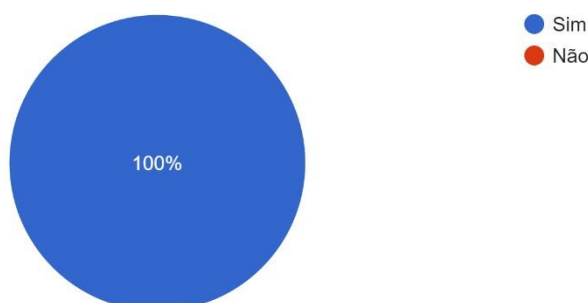
utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 7).

Ao adaptar suas estratégias de ensino, os professores não apenas demonstram um respeito genuíno pelas diferenças individuais, mas também reforçam a sua missão educacional de garantir que todos os estudantes tenham a chance de prosperar e atingir seu potencial máximo. Essa postura, evidenciada por meio da resposta unânime dos participantes, contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, onde a aprendizagem se torna verdadeiramente acessível para todos os alunos, independentemente de suas habilidades e características.

Em última análise, a resposta unânime reflete um consenso entre os professores da Escola Estadual José Joaquim de que a adaptação das práticas pedagógicas é um passo fundamental para promover a educação inclusiva e garantir que cada aluno possa desfrutar de uma jornada educacional enriquecedora e significativa. Isso não apenas ressoa com a missão da escola, mas também reforça o compromisso dos educadores em moldar um futuro mais inclusivo e igualitário por meio da educação.

2- Na sua opinião, é importante a participação do professor(a) da Educação Especial dentro da sala regular de Ensino.

13 respostas



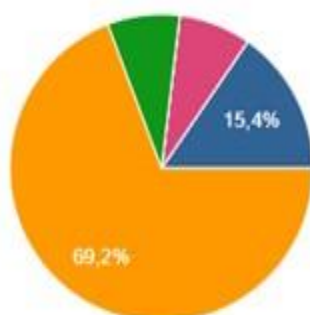
Diante dos resultados obtidos nesta questão observa-se que 100% dos pesquisados responderam "sim", ressaltando assim a importância do professor de Educação Especial dentro da sala regular ajudar de uma forma direta o professor regular a adaptar os conteúdos para atender esse público-alvo. Os professores

deixaram claro com essas respostas que se senti mais seguros em desenvolver suas metodologias com ajudar de um professor de Educação Especial que oriente nas atividades adaptadas para os alunos de Educação Especial.

Para que a inclusão ocorra e favoreça todos os envolvidos nesse processo, faz-se necessário que o professor repense e reestruturar “estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado na sala de aula, faz se necessário repensar nas práticas pedagógicas até mesmo numa nova gestão da classe” (Silva; Arruda, 2014, p. 6). E neste sentido a presença de um profissional mais capacitado na educação especial inclusiva auxilia muito. Com base na Resolução CNE/CEE nº 02/2001, a educação especial oferta apoios e serviços especializados aos alunos com necessidades educacionais especiais.

3- Para você, o que mais dificulta o trabalho do professor regular diante dos alunos público-alvo da Educação Especial?

13 respostas



	A falta de conhecimento em relação as habilidades e singularidades dos alunos público alvo da Educação Especial prejudica a prática pedagógica dos professores regular, professores regular frente ao processo de ensino e aprendizagem, professores regular frente ao processo de ensino e aprendizagem.
	A pouca oferta de formação continuada.
	A falta de conhecimento em relação as habilidades e singularidades dos alunos público alvo da Educação Especial prejudica a prática pedagógica dos professores regular.
	A falta de laudo de alguns alunos.
	Superlotação das salas de aulas.
	Falta do professor de Educação Especial.
	Escassez de formação continuada.
	Pouca oferta de materiais pedagógicos.
	Falta de tecnologia assistiva relevante (dispositivos assistivos, adaptativos e de reabilitação).

Os resultados obtidos e revelados na tabela acima evidenciam que 69,2% dos pesquisados responderam “ A falta de conhecimento em relação às habilidades e singularidades dos alunos público-alvo da Educação Especial prejudica a prática pedagógica dos professores regular.”, os outros 15,4% marcaram “ O desafio de saber qual a deficiência ou Necessidades Educacional especial (NEE) que os alunos possuem”. Segundo Minetto (2008);

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (p. 101).

O papel do professor no contexto da educação inclusiva é de extrema importância e exige um profundo entendimento da realidade dos alunos com deficiência. Esse conhecimento não se limita apenas à compreensão das limitações físicas, cognitivas ou sensoriais dos alunos, mas também abrange uma compreensão

holística de suas necessidades, habilidades e potencialidades únicas. Dessa forma, o professor se torna um facilitador chave para o processo de ensino e aprendizagem efetivo e inclusivo. O processo de inclusão de alunos no ensino regular, o professor:

Ao se deparar na sala de aula com alunos com necessidades diferentes das que ele está acostumado a lidar, o professor, sente-se sozinho e confuso, não tem o apoio de que necessita, porque não há um trabalho conjunto, mas também não identifica suas limitações, reproduzindo sua aparente prática que sem sempre produz resultados positivos, para situações cada vez menos semelhantes. Interrompe o seu próprio diálogo criativo com a situação real complexa (GÓMEZ, 1992, pp.105-106).

De acordo com a citação acima, a sala de aula é um importante espaço em que os professores devem estar preparados para receber educandos com necessidades diferentes. O diálogo junto com a criatividade é essencial, a situação real das escolas principalmente da rede pública é pouco preparada e os recursos muito escasso dessa forma os educadores lidar com a falta de material e seu próprio despreparo, as famílias junto com a escola teve andas de mãos dadas e se o aluno tem alguma deficiência cabe a família busca junto com um profissional da área da saúde um laudo para ser entregue na escola para que o professor tenha conhecimento da deficiência.

O primeiro passo para um professor engajado é mergulhar nas experiências e desafios enfrentados pelos alunos com deficiência. Isso implica em conhecer suas histórias, suas famílias, as barreiras que podem encontrar tanto dentro como fora da sala de aula, e as formas pelas quais cada deficiência pode impactar o aprendizado. Essa imersão empática não apenas promove uma conexão genuína com os alunos, mas também serve como base para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam às suas necessidades individuais.

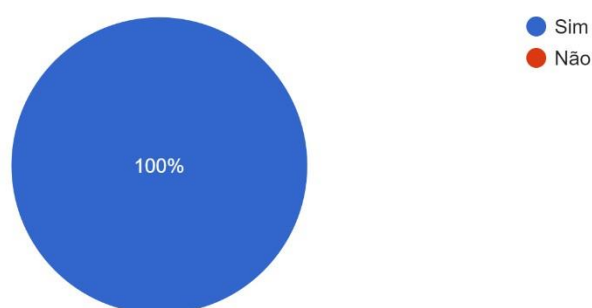
Um dos aspectos cruciais desse processo é o planejamento cuidadoso das aulas. O professor precisa criar um ambiente de aprendizagem que seja acessível a todos os alunos, independentemente de suas capacidades. Isso pode envolver a adaptação de materiais didáticos, a implementação de estratégias de ensino diferenciadas e a incorporação de tecnologias assistivas, quando necessário. O planejamento também deve incluir considerações sobre como promover a interação

entre alunos com e sem deficiência, criando oportunidades para a colaboração e a compreensão mútua.

A implementação de um ensino efetivo em um ambiente inclusivo requer a flexibilidade do professor. À medida que se trabalha com alunos com deficiência, é importante estar aberto a ajustes contínuos, adaptando abordagens conforme as necessidades e progressos individuais. Isso não apenas proporciona um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, mas também demonstra aos alunos que suas contribuições são valorizadas e suas metas são alcançáveis.

4- A escola possui material recursos pedagógicos adaptados específico para trabalhar com aluno de Educação Especial?

13 respostas

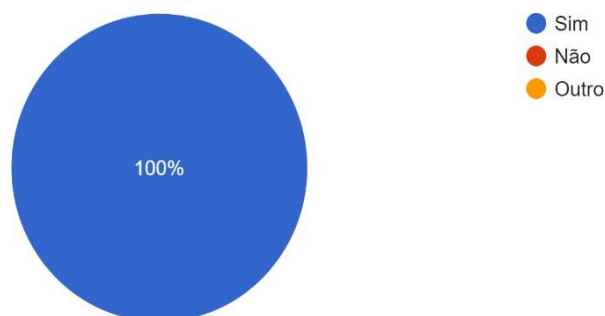


100% dos entrevistados responderam que "Sim", a escola José Joaquim possui material pedagógico adaptado para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais devido a escola ter uma sala de recursos multifuncionais.

Buscando subsidiar os futuros professores e os que já atuam nas escolas regulares em sua tarefa de favorecer seus alunos na ampliação do exercício da cidadania, iniciativas como essa do Núcleo de Ensino, em ação conjunta de professores colaboradores e orientadores, procuram orientar os professores a produzirem material didático-pedagógico adaptado para auxiliar alunos com deficiências físicas, visuais e mentais em busca de inclusão escolar e exercício de cidadania plena (Mantoan, 2001). Os materiais adaptados favorecem a aprendizagem de forma dinâmica e prazerosa para os alunos. Por isso, é necessário materiais atrativos que esteja de acordo com a realidade do aluno.

5- Você recebeu alguma orientação da escola no sentido de se preparar para trabalhar com a inclusão? Se, a resposta for negativa, o que você gostaria de ter recebido de orientação?

13 respostas



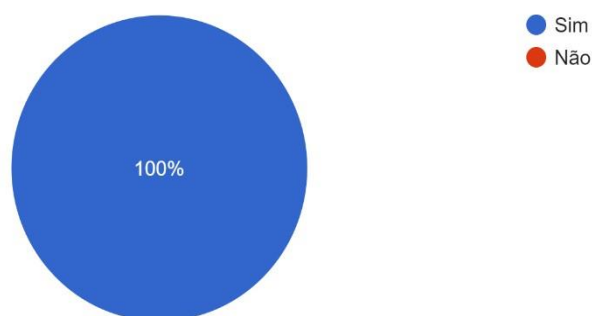
Os resultados obtidos e revelados no quadro acima 100% dos entrevistados responderam que “Sim”, a escola ofertou orientação para que eles pudessem preparar materiais e atividades de inclusão.

No Brasil, a inclusão é garantida por leis e documentos oficiais, que defendem a criação e execução de políticas públicas para a formação de professores para a educação inclusiva, numa tentativa de diminuir os efeitos da exclusão e atender à nova ordem vigente, que é a de ensinar a todos, sem distinção (ALMEIDA et al., 2007).

A inclusão é descrita na lei é necessário que as instituições de ensino compreendam e trabalhem de forma inclusiva para atender a realidade dos alunos. Inclusive realizando formações continuadas e orientação para melhor atender os alunos público-alvo da educação especial.

6- Você acha que é importante o professor regular conhece as especificidades e laudos dos alunos público-alvo da Educação Especial.

13 respostas



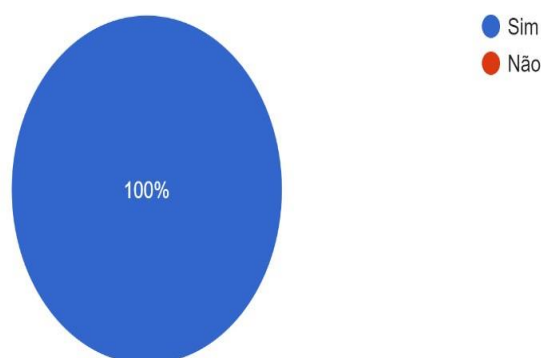
Diante dos entrevistados cerca de 100% dos entrevistados responderam “Sim”, que é importante conhecer os alunos e os laudos para poder proporcionar o ambiente de aprendizagem mais favorável e significativo para os alunos da Educação Especial.

é curioso refletir sobre os entendimentos paradoxais suscitados pelo laudo psicológico, tanto entre os próprios psicólogos quanto em outros segmentos sociais. A par da cega aceitação do laudo psicológico, há uma rejeição igualmente cega à elaboração de documento técnico sobre a intimidade do sujeito. Psicólogos recusam os instrumentos historicamente construídos, sob variados pretextos, enquanto leigos reivindicam a utilização de tais instrumentos para justificar a condição subjetiva da pessoa... " (Sass, 1994, p. 16).

A citação acima fala a respeito do Laudo, é muito importante que a escola tenha acesso para conhecer as características e especificidades de cada aluno, isso ajudar a escola a oferece uma educação mais inclusiva.

7- Para você o acesso as Tecnologias da informação e comunicação (TICS) pode contribuir para aprendizagens significativas dos alunos público-alvo da Educação Especial?

13 respostas



Diante dos resultados obtidos nesta questão, observa-se que todos 100% responderam que “Sim”, que as TDICS contribuem para aprendizagem mais atrativas e significativas para os alunos da Educação Especial. Rosa ressalta ainda que:

A importância que assumem essas tecnologias no âmbito da Educação Especial, já vem sendo destacada como parte da educação que mais está e estará sendo afetada pelos avanços e aplicações que vêm ocorrendo nessa

área para atender necessidades específicas, face às limitações de pessoas no âmbito mental, físico- sensorial e motoras com repercussão nas dimensões socioafetivas.(ROSA, 1997 e, na web, em PROINESP\ MEC).

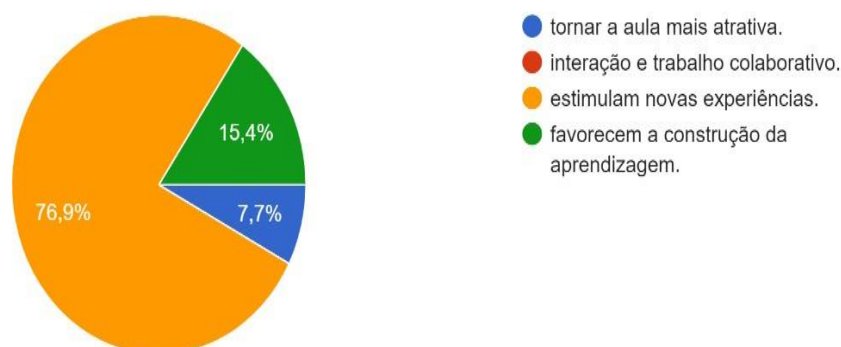
Este texto ressalta a relevância das tecnologias no contexto da Educação Especial, enfatizando que essa área educacional é uma das mais impactadas e influenciadas pelos avanços tecnológicos em curso e que ainda estão por vir. As tecnologias têm um papel crucial na Educação Especial, pois têm sido desenvolvidas e aplicadas para atender às necessidades específicas de pessoas com limitações em diversas áreas, incluindo aspectos mentais, físicos, sensoriais e motores. Essas limitações podem ter efeitos profundos nas dimensões socioafetivas das pessoas.

A autora aponta que a Educação Especial se destaca como uma área em que os avanços tecnológicos têm um impacto particularmente significativo. Isso ocorre porque as tecnologias podem ser adaptadas e personalizadas para atender às necessidades individuais de pessoas com diferentes tipos de limitações, sejam elas cognitivas, físicas, sensoriais ou motoras. Isso significa que as tecnologias estão sendo usadas para minimizar as barreiras educacionais tradicionais, proporcionando oportunidades de aprendizado mais acessíveis e inclusivas.

Além disso, o texto aponta que as tecnologias também desempenham um papel importante na dimensão socioafetiva. Isso significa que as tecnologias podem ter um impacto positivo nas interações sociais, no bem-estar emocional e no desenvolvimento afetivo das pessoas com limitações. Ao facilitar a comunicação, a interação e o acesso a informações, as tecnologias podem contribuir para uma maior inclusão social e emocional, ajudando a minimizar o isolamento que algumas pessoas com limitações podem enfrentar.

8- Você acredita que as TDICS podem ajudar a melhorar as estratégias de ensino do professor regular diante dos alunos da Educação Especial. Por quê?

13 respostas



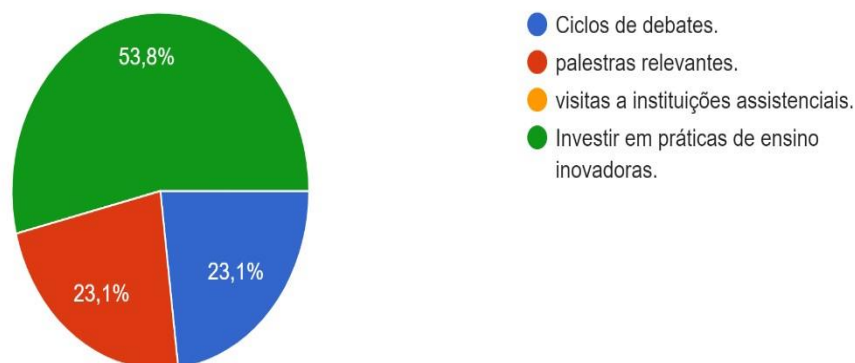
Os resultados obtidos foram que 76,9% dos entrevistados responderam que “ as TDICS estimulam novas experiências”, outros 15,4% marcaram que “ as TDICS favorecem a construção da aprendizagem”, o restante 7,7% marcaram que as tecnologias “ tornar a aula mais atrativa”.

É importante salientar que “[...] o uso dos recursos tecnológicos na educação ainda é uma questão em desenvolvimento e, apesar das diversas capacitações, a maioria dos professores ainda não abraçou o uso das TDIC em sua prática pedagógica, sendo este tema ainda um ponto de divergência entre os educadores”. (COSTA; FONFOCA, 2017, p. 549).

As tecnologias favorecem o processo de ensino e aprendizagem de forma atrativa de acesso rápido, fazendo com o que novos conhecimentos seja adquirido no espaço escolar.

9- Quais as estratégias de intervenções pedagógicas para os alunos dentro da educação inclusiva?

13 respostas



Diante dos resultados obtidos nesta questão, 53,8% responderam que as estratégias para intervenções pedagógicas “ investir em práticas de ensino inovadoras”, outros 23,1% responderam “ palestras relevantes”, e o restante 23,1% ciclos de debates”, como indica Ferreira (2006, p. 231):

Espera-se hoje que a professora seja capaz de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e esteja aberta a práticas inovadoras na sala de aula. No novo perfil, a professora deve adquirir conhecimentos sobre como conhecer as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc.) de cada um de seus estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações.

Essa citação mostra como é importante as práticas inovadoras que ajudam a melhorar e a incentivar o processo de ensino e aprendizagem, bem como as respostas obtidas na nossa pesquisa.

10- Quais são as principais barreiras para o sucesso da inclusão educacional?

13 respostas



80% responderam que as principais barreiras para inclusão educacionais “Barreira atitudinais”, outros 20% “Barreiras Sociais”. Lima e Tavares (2012) conseguem produzir uma definição clara e objetiva das barreiras atitudinais:

As barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidas ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos. (LIMA; TAVARES, 2012, p. 104).

As barreiras atitudinais estão relacionadas aos comportamentos que infringem o exercício de ser cidadão, da participação total e igualitária na sociedade, da educação, do lazer e de todo e qualquer direito que deteriore, limite e subvalorize a pessoa com deficiência. Sendo consideradas as mais difíceis de serem minimizadas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar nos gráficos analisados nesta pesquisa, que a escola Estadual José Joaquim oferece um ensino de qualidade, mas que ainda precisa melhorar em relação a alguns aspectos de acordo, com as respostas dos entrevistados foram mencionados que a falta de conhecimento em relação as habilidades e singularidades dos alunos público-alvo da Educação Especial prejudica a prática pedagógica dos professores regular, isso acontece devido muitos alunos vim de outras escolas sem nenhum laudo.

A pesquisa colaborou muito para responder as indagações, a respeito das dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos públicoalvo da educação especial observadas pelos professores. O estudo de caso na referida escola apontou que é necessário investimentos em formação docente, adaptações curriculares, recursos tecnológicos e infraestrutura física. Requer uma

abordagem holística que reconheça que cada aluno é único e merece ser nutrido de acordo com suas necessidades individuais. Exige uma mudança de paradigma, onde a diversidade não é vista como uma barreira, mas como um ativo a ser celebrado.

O futuro da educação é um horizonte de possibilidades emocionantes e desafiadoras, impulsionadas pela rápida evolução tecnológica e pelas mudanças sociais que redefinem a forma como aprendemos e ensinamos. Nesse cenário em constante transformação, a inclusão escolar emerge como um pilar fundamental que não apenas responde aos valores de equidade e igualdade, mas também desenha o caminho para uma sociedade mais diversificada, empática e preparada para enfrentar as complexidades do mundo moderno.

A inclusão escolar vai muito além de ter um espaço físico para todos, trata-se de acolher e valorizar as diferenças individuais, proporcionando a cada aluno a oportunidade de florescer e contribuir de acordo com suas habilidades únicas. À medida que a tecnologia abre novas portas para o aprendizado personalizado, a inclusão se torna uma ferramenta poderosa para capacitar cada aluno a explorar seu potencial máximo. Afinal, o futuro da educação não se trata apenas de transmitir informações, mas de inspirar a criatividade, o pensamento crítico e a resolução de problemas.

Ao abraçar a inclusão escolar, estamos moldando uma geração de cidadãos preparados para uma sociedade globalizada e interconectada. A diversidade de perspectivas e experiências enriquece as discussões, promove a empatia e gera soluções inovadoras para os desafios do nosso tempo. A inclusão não é apenas sobre oferecer oportunidades iguais, mas sobre cultivar uma mentalidade aberta que valoriza a riqueza da variedade humana.

A inclusão escolar também desafia os preconceitos enraizados e as normas sociais obsoletas. Ela nos convoca a superar estigmas, a desafiar estereótipos e a criar um ambiente que celebra a singularidade de cada ser humano. Ao fazê-lo, estamos preparando nossos alunos para serem líderes e agentes de mudança em um mundo cada vez mais interdependente.

Em um futuro em que a tecnologia está transformando a maneira como vivemos e aprendemos, a inclusão escolar se destaca como um princípio essencial que não apenas garante que ninguém seja abandonado, mas que também alimenta o potencial

humano de maneiras inimagináveis. É uma bússola que orienta o curso da educação em direção a um horizonte de igualdade, respeito e empoderamento. O futuro da educação é inclusivo, e é um futuro que todos devemos abraçar com entusiasmo e compromisso.

Podemos observar diante dos resultados da pesquisa que as dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino regular em adaptar os recursos para os alunos público-alvo da Educação Especial da escola Estadual Jose Joaquim da cidade de Coronel Ezequiel- RN, foi comprovado através da pesquisa com gráfico que está relacionada “A falta de conhecimento em relação às habilidades e singularidades dos alunos público-alvo da Educação Especial prejudica a prática pedagógica dos professores regular”.

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas do Brasil é um desafio que enfrenta diversas dificuldades. Ainda que existam leis e diretrizes que garantam o acesso desses alunos à educação, muitas escolas e professores não estão preparados para lidar com a diversidade de necessidades e limitações que esses estudantes apresentam.

Muitas escolas não possuem rampas de acesso, banheiros adaptados ou salas de aula adequadas para acomodar cadeiras de rodas ou outros equipamentos necessários para o uso de alunos com deficiência física. Além disso, a maioria das escolas não têm recursos financeiros para investir em tecnologia assistiva, como computadores adaptados, softwares de voz e ampliação de fontes para alunos com deficiência visual, embora a escola lócus desta pesquisa seja totalmente adaptada, o que não é o padrão, e sim a exceção.

Muitos professores não sabem como adaptar suas aulas para incluir esses alunos, não conhecem as técnicas de ensino necessárias para lidar com a diversidade de necessidades e não têm a formação específica para trabalhar com alunos com deficiência. Isso pode levar a situações em que os alunos com necessidades especiais são excluídos da aula ou não conseguem acompanhar o ritmo dos demais estudantes. Além disso, a falta de investimento em políticas públicas voltadas para a inclusão de alunos com necessidades especiais também é um fator que dificulta a inclusão desses

alunos nas escolas. Porém, ao analisar as respostas dos nossos participantes, podemos concluir que esta não é a realidade da escola lócus desta pesquisa.

Muitos municípios não contam com recursos suficientes para investir em capacitação de professores, adaptação das escolas e fornecimento de tecnologia assistiva. Além disso, a falta de fiscalização e punição para escolas que não cumprem as leis de inclusão também dificulta a garantia do acesso dos alunos com necessidades especiais à educação.

Diante dessas dificuldades, é fundamental que haja um esforço conjunto entre governo, escolas, professores e famílias para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. É preciso investir em capacitação de professores e em tecnologia assistiva, adaptar as escolas para atender às necessidades específicas desses alunos e garantir o cumprimento das leis de inclusão.

Somente assim será possível garantir que os alunos com necessidades especiais tenham acesso a uma educação de qualidade e que possam se desenvolver plenamente. Refletir, identificar problemas, pesquisar, propor e agir são atitudes e práticas importantes e necessárias no dia a dia do professor, como fundamento da sua prática educativa.

No campo da educação especial, não é diferente e os avanços teóricos e práticos têm possibilitado revisões na área de tal forma que ela já deixou de ser encarada como uma área e/ou modalidade à parte, mas incorporada à educação geral, com os mesmos fins, objetivos e desenvolvida, preferencialmente, no seio da educação e/ou escolaridade regular.

As instituições de ensino devem ensinar desde cedo aos indivíduos, o quanto é importante à aceitação e a inclusão das pessoas que possui algum tipo de deficiência no espaço escolar e que elas têm direito a uma educação de qualidade e de ser matriculadas no ensino regular, pois com as metodologias adequadas e professores qualificados a aprendizagem podem ser construídos em conjunto com as trocas de informação o novo conhecimento é formado.

Por fim, recomendamos que os professores regulares busquem metodologias ativas, que precisam ser materializadas em ações efetivas, garantindo a inclusão

educacional e social de todos os alunos, com olhar especial aos estudantes com deficiência, o professor regular necessita ter conhecimento sobre as habilidades e as deficiências dos alunos do público-alvo da Educação Especial.

9 . RECOMENDAÇÕES

Frente ao extenso referencial teórico compilado e aos achados desta pesquisa, sugerimos que este estudo sirva como base sólida a futuras investigações nesta área, especialmente aquelas de doutorado, a fim de aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas relacionadas à inclusão de estudantes público-alvo da educação especial nas salas regulares. Bem como sirva como ponto de partida para a elaboração de e-books, cartilhas, materiais didáticos e recursos metodológicos que possam ser implementados nas salas de aula, promovendo uma educação mais inclusiva e que faça mais sentido aos educandos.

10 . REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. et al. **Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão.** *Educação (UFSM)*, Santa Maria, v.32, n.1, p.327-342, 2007.

ASSUNÇÃO, Gabriele Silva. **A dislexia e os desafios de aprendizagem da língua portuguesa.** Santo Antônio de Jesus, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: atendimento especializado para a Deficiência Mental.** Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Educação Inclusiva:** v. I: a fundamentação filosófica. Brasília: Ministério da Educação o, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BATTISTI, Aline Vasconcelo; HECK, Giomar Maria. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica.** Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores; generalistas ou especialistas.** Revista Brasileira de Educação Especial. v. 3, n. 5, p.7-25. 1993.

CAMPELO, Iara Maria. **Observação e análise da integração professor-aluno em classes de educação especial.** Rio de Janeiro: UERJ, 1990.

CARMO, A. A. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina:** Brasília, DF: MEC, Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

CORRÊA, M. A. M. **A integração das pessoas com necessidades especiais.** In: III CONGRESSO ÍBEROAMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1998, Foz do Iguaçu/PR, Anais. v. 3, p. 228-23.

CUNHA, Ana Rita. **A educação era melhor na ditadura.** Nova Escola, 2018.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.* 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 22ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FERREIRA JR.; NOGUEIRA, M. L de L. **Políticas Educacionais e formação de professores para a educação inclusiva no Brasil.** Integração. MEC/SEESP, v. 14, n. 24, 2002.

FERREIRA, W. B. **Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca.** In: RODRIGUES, D. *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.* São Paulo: Summus, 2006, p. 211-238.

FONSECA, V. **Educação Especial.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GIROTO, Claudia Regina; POKER, Rosimar Bartolini; OMOTE, Sadão. **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Cultura Acadêmica, São Paulo, 2012.

GOFFREDO, V. L. F. S. **Educação Especial: tendências atuais**. Brasília: Associação de Comunicação Educativa; Roquete Pinto, 1999.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP> Alinea, 2001.

LIMA, Francisco José de; TAVARES, Fabiana dos Santos Silva. **Conceituação e taxonomia das barreiras atitudinais praticadas contra a pessoa com deficiência**. 2012. Disponível em <http://www.deficienteciente.com.br/2012/09/barreiras-atitudinais-obstaculos-apessoa-comdeficiencia-na-escola.html> Acesso em 10 jul. de 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escola: O que? Por quê? Como fazer?** Moderna, São Paulo, 2003.

MARQUES, L. P. **O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica**. Campinas: Gráfica FE/UNICAMP, 2000.

MARTINS, L. A. R. **Análise da formação profissional da educação especial frente às necessidades do educando portador de deficiência mental**. 1993. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MELO, HILDETE PEREIRA DE & THOMÉ, DEBORA (2018). **Mulheres e Poder**. São Paulo: FGV Editora.

MERCADO, Elisangela Leal. **Base Nacional Comum Curricular e educação especial no contexto da inclusão escolar**. Fórum Internacional Permanente de inovação escolar, 2018.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MILANEZ, Simone Ghedini. **Atendimento educacional especializado para Alunos com deficiência intelectual e transtornos Globais do desenvolvimento**. Marília, Cultura Acadêmica, 2012.

NETO, Antenor de Oliveira. **Educação Inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial, São Paulo, 2018.

NOVA ESCOLA. <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/1/conheca-e-entenda-ascompetencias-gerais-da-bncc> . Acesso em 12 de fevereiro de 2023.

NUNES, Ana Paulo; Negócio, Polianny Agne. **A importância e o papel do atendimento educacional especializado (AEE) e do auxiliar na educação de crianças com deficiência**. Campo Grande, Revista Educare, 2017.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia de pesquisa: abordagem teórica prática**. Campinas: Papirus, 1996.

PENIDO, Anna. **Com a BNCC, qual aluno queremos formar?** Nova Escola, 2019.

PEREIRA, E. C.; MENDES, E. G. **Necessidades educacionais especiais, diversidade, diferença e deficiência: percepções de docentes dos cursos de formação inicial de professores de nível médio**. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (orgs.) **Perspectivas multidisciplinares em Educação Especial (Educação Especial: políticas públicas e concepções sobre deficiência)**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003.

PRIORE, Mary Del e BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo : Contexto, 1997.

PIRES, Mariléia de Souza. **Análise da Tecnologia Assistiva e do Atendimento Educacional Especializado em uma sala de recurso multifuncional: Estudo de caso no ano de 2015**. CINTEDI, 2015.

POKER, Rosimar Bartolini; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto; GIROTO, Claudia Regina. **Educação Inclusiva em foco na Formação de Professores**. Cultura Acadêmica, São Paulo, 2016.

RICO, Rosi. **O que são as competências gerais da BNCC?** Nova Escola, 2018.

SANTAROSA, Lucila M.C. **Escola Virtual” para a Educação Especial: ambiente de aprendizagem telemáticos cooperativos como alternativa de desenvolvimento**. Revista de Informática Educativa, Bogotá\ UNIANDÉS.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASS, O. A sociedade laudatória. **Jornal do CRP - Conselho Regional de Psicologia 6 a . Região**, jul./ago./1994, n .88, p.16.

SATHLER, Conrado. **Escrita disciplinar e Psicologia: laudos como estratégia de controle das populações**. 2008. 233 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269481/1/Sathler_ConradoNaves_D.pdf. Acesso em 29 out. 2019.

SANTANA, Adriana Silva Andrade. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL:**

TRAJETÓRIA E IMPASSES NA LEGISLAÇÃO. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SCHWARTZMANN, J. S. Histórico. In: _____. (org.). **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

VARELLA, Dráuzio. **Recomendações para lidar com Síndrome de Down**.

Disponível em <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-dedown/> Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

11. ANEXOS E APÊNDICES

Anuência para realização de pesquisa e
Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

Eu, EDILZA DE ALMEIDA SANTOS AVELAR, aluno (a) da World University Ecumenical-WUE, matrícula nº 102.221.702, Projeto de Pesquisa do Mestrado Internacional intitulado: **AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES DA SALA REGULAR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA ESTADUAL JOSE JOAQUIM EM CORONEL EZEQUIEL-RN**, solicito autorização para realizar a pesquisa de campo na Escola Estadual Jose Joaquim, Rua Getúlio Vargas, 206 centro, Cidade Coronel Ezequiel- RN. A pesquisa será realizada no período: de 29/05/23 a 19/06/23.

Comprometo-me a agir com ética e responsabilidade, a fim de obter dados gerais da pesquisa, levantar dados específicos, como parte da etapa de pesquisa de campo. Esta é a fase que corresponde à observação, coleta, análise e interpretação de dados, de forma a compreender e explicar o problema pesquisado.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados coletados nos (arquivos/prontuários/banco), bem como com a privacidade de seus conteúdos.

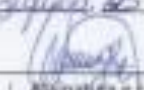
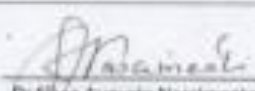
Declaro entender que é minha a responsabilidade de cuidar da integridade das informações e de garantir a confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas.

Também é minha a responsabilidade de não repassar os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, às pessoas não envolvidas na etapa da pesquisa.

Por fim, **comprometo-me** com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa aqui referida.

Esclareço ainda que os dados coletados farão parte da minha Dissertação com a anuência do orientador Profa. Dra. Patrícia Nonnenmacher e ciência de toda equipe administrativa e pedagógica da World University Ecumenical-WUE.

Miami-FL, 24 de maio de 2023.

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO Declaramos que estamos cientes e autorizamos a realização da pesquisa. Nome: <u>Maria das V G da Silva</u> Cargo: <u>Diretora</u> <u>Coronel Ezequiel, 25 de 05 de 2023.</u>  Assinatura e Carimbo	 Dr. Silvio Augusto Nascimento Reitor World University Ecumenical <u>Edilza de Almeida Santos Avelar</u> Assinatura do(a) pesquisador(a) Nome: EDILZA DE ALMEIDA SANTOS AVELAR Número de registro: 102.023 Para comprovar a veracidade do documento envie um e-mail para: esatvuffor@wueecumenical.com e informe o número de registro.
--	--

Maria das Vitoras G. da Silva
Diretora
Matrícula: 134.884-1
Aut. 25/05/2023

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PROFESSORES

Os questionários abaixo foram aplicados com os professores da escola Estadual Jose Joaquim.



WORLD UNIVERSITY ECUMENICAL

MESTRADO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para aplicação de pesquisa)

Caro (a) professor (a), o questionário que você está recebendo é parte de uma pesquisa sobre “AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES REGULAR NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS PÚBLICOALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL”.

Os dados coletados neste formulário serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, de forma sigilosa assegurando a privacidade e anonimato. Os seus resultados poderão ser publicados em documentos da área. Cabe salientar que os participantes não serão remunerados e nem terão qualquer despesa ao participar da pesquisa. O(a) participante poderá ter acesso ao trabalho, na íntegra, quando da sua conclusão. Acreditamos que sua participação enriquecerá a visão de todos sobre a temática.

Assim, espera-se que o (a) senhor (a) concorde em participar voluntariamente da pesquisa intitulada “AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES

REGULAR NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS PÚBLICOALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL”.”, conforme informações contidas no cabeçalho deste formulário.

De antemão, gratos pela sua disponibilidade e participação. Para resolução de quaisquer dúvidas, entrar em contato direto com a pesquisadora, através do telefone (84) 98818-5181) e e-mail:(edylzaalmeida@gmail.com) ou através do Comitê de Ética em Pesquisa da WUE pelo telefone (84) 981475173 ou por e-mail: registryoffice@universtyecumenical.com, com atendimento de segunda a sexta-feira das 8h00min. às 17h00min.

Ciente dos termos e condições, aceito participar da referida pesquisa por livre e espontânea vontade.

O objetivo deste estudo foi obter informações sobre a prática pedagógica do professor regular no fazer da sala comum quais as principais dificuldades enfrentadas diante do processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial.

QUESTIONÁRIO

PARTE I – Questionário Sóciodemográfico

1. Quanto ao gênero, como você se identifica?

☐ Masculino ☐

Feminino ☐ Prefiro

não informar ☐

Outro:

2. Qual é a sua faixa etária?

☐ entre 21 a 30 anos

☐ de 31 a 40 anos ☐

de 41 a 50 anos ☐

de 51 a 60 anos ☐

mais de 60 anos

3. Qual é o seu maior grau de instrução?

☐ Superior incompleto

☐ Superior completo

☐ Especialização ☐

Mestrado ☐

Doutorado ☐ Pós-

doutorado

4 . Há quantos anos trabalha na escola?

5 . Qual função exerce na escola?

1 . Você mudou a forma de ministrar suas aulas, após passar a trabalhar com alunos público-alvo da Educação Especial?

() Sim

() Não

Justifique sua resposta:

2 . Na sua opinião, é importante a participação do professor(a) da Educação Especial dentro da sala regular de ensino.

() Sim

() Não

3 . Para você, o que mais dificulta o trabalho do professor regular diante dos alunos público-alvo da Educação Especial?

() O desafio de saber qual a deficiência ou Necessidades Educacionais especiais (NEE) que os alunos possuem.

() A pouca oferta de formação continuada.

() A falta de conhecimento em relação às habilidades e singularidades dos alunos público-alvo da Educação Especial prejudica a prática pedagógica dos professores regulares.

() A falta de laudo de alguns alunos.

() Superlotação das salas de aulas.

() Falta do professor de Educação Especial.

() Escassez de formação continuada.

() Pouca oferta de materiais pedagógicos.

() Falta de tecnologia assistiva relevante (dispositivos assistivos, adaptativos e de reabilitação).

Outros:

4 . A escola possui material recursos pedagógicos adaptados específico para trabalhar com aluno de Educação Especial?

() Sim () Não

5 . Você recebeu alguma orientação da escola no sentido de se preparar para trabalhar com a inclusão?

() Sim

() Não

Se, a resposta for negativa, o que você gostaria de ter recebido de orientação?

6 . Você acha que é importante o professor regular conhece as especificidades e laudos dos alunos público-alvo da Educação Especial.

() Sim

() Não

7 . Para você o acesso as Tecnologias da informação e comunicação (TICS) pode contribuir para aprendizagens significativas dos alunos público-alvo da Educação Especial?

() Sim

() Não

8 . Você acredita que as TDICS podem ajudar a melhorar as estratégias de ensino do professor regular diante dos alunos da Educação Especial. Por quê?

- () tornar a aula mais atrativa.
- () interação e trabalho colaborativo.
- () estimulam novas experiências.
- () favorecem a construção da aprendizagem.

9 . Quais as estratégias de intervenções pedagógicas para os alunos dentro da educação inclusiva?

- () Ciclos de debates.
- () palestras relevantes.
- () visitas a instituições assistenciais.
- () Investir em práticas de ensino inovadoras.

10 . Quais são as principais barreiras para sucesso da inclusão educacional?

- () Barreiras de comunicação.
- () Barreiras físicas.
- () Barreiras da política.
- () Barreiras programáticas.
- () Barreiras Sociais.
- () Barreiras Atitudinais.